



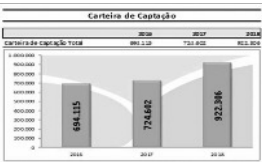
BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45
Av. Afonso Pena, 3.577 - 3º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Captações

Nas captações, tivemos um acréscimo em relação ao mesmo período do ano anterior. A carteira de captação totalizou R\$ 922,3 milhões, pulverizadas entre correntistas e distribuidores, emitidos com prazo de liquidez alongados, sendo que os CDBs continuam sendo a principal fonte de captação.



Desempenho Econômico Financeiro

Lucro Líquido

Durante o ano de 2018, o Banco obteve lucro líquido no montante de R\$ 20,7 milhões oriundo do resultado operacional de R\$ 37,4 milhões. Neste lucro estão incluídos os efeitos não recorrentes da reversão do diferimento da CSLL. Excluindo estes efeitos, o lucro líquido passa para R\$ 25,7 milhões.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 17,1% (21,2% excluindo os efeitos não recorrentes), redução de 1,2 p. p. quando comparado ao ano anterior.

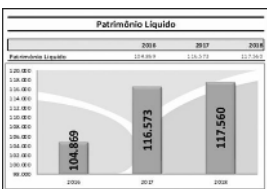


Resultado bruto de intermediação financeira
Em 2018, o resultado bruto de intermediação financeira aumentou em relação ao ano de 2017 passando de R\$ 61,9 milhões para um valor de R\$ 87,1 milhões.

Desempenho Patrimonial

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o exercício de 2018 em R\$ 117,6 milhões, contra um montante de R\$ 116,6 milhões em 2017.



Índice da Baseleia

O índice de Baseleia apurado em 2018 foi de 17,26 %, mantendo-se a estrutura de capital confortável e sustentável para suportar eventuais riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos exercícios.



Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital que demonstra a necessidade frente ao atendimento dos limites operacionais vigentes, bem como em face aos riscos, aos quais, a instituição está sujeita, considerando as metas de crescimento e os planos de ações para tornar factível o cumprimento do planejamento estratégico. A gestão é realizada de forma segregada das unidades de negócios e as políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo que suas diretrizes são conduzidas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Agradecimento

Os resultados alcançados neste ano refletem a gestão positiva e eficiente de nossas operações, com ampliação do portfólio, mitigação de riscos e diversificação dos negócios, com a devida adequação ao contexto de mercado e execução do Planejamento Estratégico. Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores e parceiros pela confiança. A Administração.

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		1.002.486	733.038	Circulante		468.799	446.857
Disponibilidades	4	20.174	551	Depósitos	11	427.703	412.258
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	282.933	4.314	Depósitos à vista		55.666	22.777
Aplicações no mercado aberto		282.622	4.000	Depósitos a prazo		372.037	389.481
Aplicações em depósitos interfinanceiros		311	314	Recursos de aceites e emissão de títulos	11	11.568	9.538
Títulos e valores mobiliários	6	127.114	90.414	Relações interfinanceiras	12	28.961	24.117
Carteira própria		127.055	90.414	Outras obrigações		567	943
Vinculados ao Banco Central		59		Receitas antecipadas		510.160	333.264
Relações interfinanceiras		278	190	Depósitos	11	483.035	293.391
Depósitos no Banco Central		272	190	Depósitos a prazo		483.035	293.391
Correspondentes		6		Recursos de aceites e emissão de títulos	11	1.167	9.415
Operações de crédito	7	404.108	502.442	Outras obrigações	12	25.958	28.627
Sector privado		426.845	533.325	Receitas antecipadas		1.167	1.831
(-) Prov. para créditos de liquidação duvidosa		(22.737)	(30.883)	Patrimônio líquido	13	117.560	116.573
Outros créditos	9	130.822	100.229	Capital social		104.119	104.119
Outros valores e bens	10	37.057	34.898	Reserva legal		2.030	
Outros valores e bens		35.688	31.872	Reserva de retenção de lucro		11.410	12.454
Despesas antecipadas		1.369	3.026				
Não circulante		94.032	163.656				
Realizável a longo prazo		92.912	162.553				
Operações de crédito	7	28.615	26.233				
Sector privado		30.724	29.757				
(-) Prov. para créditos de liquidação duvidosa		(2.109)	(3.524)				
Outros créditos	9	58.864	134.921				
Outros valores e bens	10	5.433	1.399				
Despesas antecipadas		5.433	1.399				
Permanente		1.120	1.103				
Investimentos		92	99				
Imobilizado de uso		579	506				
Intangível		449	498				
Total do ativo		1.096.518	896.694	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.096.518	896.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestres findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 - (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucro	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	127.036	-	-	(22.167)	104.869
Aumento de capital com saldo de juros s/capital próprio	4.250	-	-	(4.250)	-
IRRF sobre o capital próprio exercício 2016	-	-	-	(750)	(750)
Redução de capital	(27.167)	-	-	27.167	-
Resultado do exercício	-	-	-	19.854	19.854
Juros sobre o capital próprio - pagos	-	-	-	(7.400)	(7.400)
Constituição de Reserva Legal	-	993	-	(993)	-
Reclassificação para Res. de Retenção de Lucros	-	-	11.461	(11.461)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	104.119	993	11.461	11.704	116.573
Saldo de mutação do exercício	(22.917)	993	11.461	22.167	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	104.119	993	11.461	11.704	116.573
Resultado do exercício	-	-	-	20.749	20.749
Juros sobre o capital próprio - pagos	-	-	-	(7.380)	(7.380)
Dividendos - pagos	-	-	(11.461)	(922)	(12.383)
Constituição de Reserva Legal	-	1.037	-	(1.037)	-
Reclassificação para Res. de Retenção de Lucros	-	-	410	(11.410)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	104.119	2.030	11.410	117.559	118.203
Saldos de mutação do exercício	-	1.037	(51)	-	986
Saldos em 30 de junho de 2018	104.119	1.924	12.160	-	118.203
Resultado do semestre	-	-	-	4.619	4.619
Juros sobre o capital próprio - pagos	-	-	-	(4.880)	(4.880)
Dividendos - pagos	-	-	-	(383)	(383)
Constituição de Reserva Legal	-	106	-	(106)	-
Reclassificação para Res. de Retenção de Lucros	-	-	(750)	750	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	104.119	2.030	11.410	117.559	118.203
Saldos de mutação do semestre	-	106	(750)	-	(644)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Semear S.A. é um banco múltiplo, de capital fechado, fundado em 2006, com atuação em todo território brasileiro. Está situado em Belo Horizonte, oferecendo aos seus clientes amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, nos segmentos pessoa física e jurídica, com os seguintes produtos:

- Pessoa física: Operações de financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, através de redes varejistas regionais de eletrodomésticos;
- Pessoa jurídica: Operações para empresas pequenas e médias nas modalidades de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis, em especial de cartões de créditos;
- Serviços: Investimentos, administração, cartões e intermediação de seguros.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil, contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), no que for aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

- Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:
- Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
- Resolução nº 3.604/2008 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
- Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução nº 3.750/2009 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
- Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/2011 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento conceitual básico (CPC 00 R1).

- Resolução nº 4.424/2015 - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1);
- Resolução nº 4.534/2016 - Ativo Intangível - CPC 04 (R1);
- Resolução nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado - CPC 27.

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no semestre e período findos em 31 de dezembro de 2018, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 7 - Critério de provisionamento: mensuração de perdas estimadas com operação de crédito;
- Nota Explicativa nº 8 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota Explicativa nº 12 - Reconhecimento e mensuração de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de março de 2019.

3 Principais critérios contábeis adotados

a. Auração de resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência e são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, e, quando se correlacionam, ocorre o reconhecimento de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

Demonstrações de resultados Semestre findo em 31 de dezembro 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)

	2018	Semestre findo em 2018	2017
Fluxo de caixa proveniente das operações	4.890	21.020	19.854
Resultados dos períodos	4.890	21.020	19.854
Ajustes dos resultados dos períodos com recursos provenientes de ativ. operacionais:			
Depreciação e Amortização	234	523	562
Ajuste em investimento de coligada e controlada	-	(4)	(87)
Provisão para devedores duvidosos	14.344	28.475	42.045
Provisão de bens retomados - com pendências em cartórios	(259)	(1.520)	(5.089)
Prov. p/devedores por compra de valores e bens	-	-	(72)
Provisão para impostos e contrib. diferidos	1	43	(476)
Provisão para pagamentos a efetuar	94	869	762
Provisão para passivos contingentes	1.068	(49)	562
Prov. p/ perdas com outros valores e bens	-	-	(1)
Provisão para créditos tributários	4.168	9.931	10.259
	19.650	38.268	48.465
	24.540	59.288	68.319

Resultados dos períodos ajustados

Redução (aumento) nos ativos:	(9)	4	78.063
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(33.835)	(36.701)	(17.282)
Títulos e valores mobiliários	17.374	67.477	(176.241)
Operações de créditos	22.687	48.270	29.600
Outros créditos	(4.621)	(6.194)	(14.295)
Outros valores e bens	608	(87)	(67)
Relações interfinanceiras e interdependência	2.204	72.769	(100.222)

Aumento (redução) nos passivos:

Depósitos	259.821	205.087	31.123
Recursos de aceites e emissão de títulos	(10.097)	(7.385)	(636)
Relações interfinanceiras	4.967	1.313	15.395
Outras obrigações	(385)	(1.041)	592
Variação nas receitas antecipadas	254.138	197.973	46.475

Fluxo de caixa provenientes das atividades operacionais

Operacionais	280.882	330.030	14.572
Impostos pagos sobre o lucro	6.645	(11.217)	(3.147)
	274.237	318.813	11.425

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Recursos no Investimento	(93)	10	-
Dividendos recebidos de controlada	-	-	57
Aquisição no imobilizado de uso	(183)	(316)	(122)
Aquisição no intangível	(43)	(228)	(6)
	(319)	(534)	(71)

Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento

de investimento	273.918	318.279	11.354
-----------------------	---------	---------	--------

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Aumento de capital	(383)	(12.383)	-
Distribuição de dividendos	(4.880)	(7.380)	(7.400)
Juros sobre Capital Próprio pagos	(4.880)	(7.380)	(7.400)

Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento

Aumento (redução) no caixa e equivalentes	268.655	298.516	3.954
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	34.412	4.551	597
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos períodos	302.796	302.796	4.551

Aumento (redução) no caixa e equivalentes

	268.384	298.245	3.954
--	---------	---------	-------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados Semestre findo em 31 de dezembro 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas de intermediação financeira		90.272	176.839
Operações de crédito	7g	71.310	142.669
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		5.829	6.810
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6c	3.420	6.285
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	7g	9.712	21.075
Despesas de intermediação financeira		(48.469)	(89.772)
Operações de captação no mercado	11c	(34.125)	(61.297)
Prov. para créditos de liquidação duvidosa	7d	(14.344)	(28.475)
Resultado bruto da intermediação financeira		41.803	87.067
Outras receitas (despesas) operacionais		(30.388)	(49.678)
Receitas de prestação de serviços	15	1.069	2.391
Rendas de tarifas bancárias	15	1.850	4.048
Despesas de pessoal	16	(9.872)	(18.354)
Outras despesas administrativas	17	(20.222)	(36.019)
Despesas tributárias	18	(6.550)	(13.359)
Resultado de participações em coligadas e controladas		0	4
Outras receitas operacionais	19	13.353	29.497
Outras despesas operacionais	20	(10.016)	(17.886)
Resultado operacional		11.415	37.389
Resultado não operacional		372	2.056</

BANCO SEMEAR					
CNPJ: 00.795.423/0001-45					
Av. Afonso Pena, 3.577 - 3º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG					
2017					
De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado	
Títulos para negociação (i)					
Letras Financinadas do Tesouro - LFT	66.651	12.996	10.767	90.414	90.384
	66.651	12.996	10.767	90.414	90.384

(i) Para fins de publicação, os títulos denominados na categoria para negociação são apresentados no ativo circulante, conforme § único do artigo 7 da Circular Bacen nº 3.068/2001.

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º sem 2018	2018	2017
Rendas de títulos de renda fixa	3.420	6.285	8.017
Total	3.420	6.285	8.017

7 Operações de crédito

As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e, de acordo com as normas da Resolução CMN nº 2.682/1999, encontram-se classificadas conforme demonstrado a seguir:

a. Classificação da carteira, por tipo de produto

2018					
Produtos	Carteira	% da Carteira	2017	Carteira	% da Carteira
Capital de Giro	125.571	23%	213.796	31%	
Títulos Descontados	18	0%	18	0%	
Adiant. A Depositantes	584	0%	185	0%	
Conta Garantida	1.000	0%	14	0%	
Crédito Pessoal	67.992	12%	59.023	9%	
Financiamento Imobiliário	10.706	2%	6.663	1%	
Crédito Direto ao Consumidor	251.698	45%	283.383	41%	
Total de operações de Crédito	457.569		563.082		
Circulante	426.845		533.325		
Não Circulante	30.724		29.757		
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Cartão de Crédito	19.478	4%	42.596	6%	
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Financ. Imobiliário	75.357	14%	85.438	12%	
Total de Operações de Crédito e Outros Créditos com Carac. de Concessão de Crédito. (Nota 9)	94.835		128.034		
Circulante	28.544		53.677		
Não Circulante	66.291		74.357		
TOTAL	552.404	100%	691.116	100%	
Circulante	455.389		587.002		
Não Circulante	97.015		104.114		

(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.846)	(34.407)
Circulante	(22.737)	(30.883)
Não Circulante	(2.109)	(3.524)

(-)Provisão para perda com outros créditos com carac. de concessão de crédito (Nota 9)	(11.981)	(5.889)
Circulante	(1.570)	(1.510)
Não Circulante	(10.411)	(4.379)
TOTAL	(36.827)	(40.296)
Circulante	(24.307)	(32.393)
Não Circulante	(12.520)	(7.903)
TOTAL	515.577	650.820
Circulante	431.082	554.609
Não Circulante	84.495	96.211

b.Classificação da carteira por risco de crédito					
2018					
Níveis de Risco	% do Risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA.....	-	-	-	-	-
A.....	0,5%	346.970	(1.735)	543.660	(2.718)
B.....	1,0%	81.715	(817)	53.213	(532)
C.....	3%	60.531	(1.816)	38.327	(1.150)
D.....	10%	20.863	(2.086)	12.651	(1.265)
E.....	30%	10.836	(3.251)	7.333	(2.200)
F.....	50%	5.414	(2.707)	4.299	(2.149)
G.....	70%	5.532	(3.872)	4.504	(3.153)
H.....	100%	20.543	(20.543)	27.129	(27.129)
Totais.....		552.404	(36.827)	691.116	(40.296)
Circulante.....		455.389	(24.307)	587.001	(32.393)
Não Circulante.....		97.015	(12.520)	104.115	(7.903)
Total.....		552.404	(36.827)	691.116	(40.296)

c. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa					
2018					
CSLL					
	Realiz. até 31.12.2018	Realiz. a partir de 01.01.2019	IRPJ	Realiz. até 31.12.2018	Realiz. a partir de 01.01.2019
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	-	-	5.914	-	-
Alíquota	25%	14,981	1.478	25%	23.601
Crédito tributário diferido atual (a)	1.478	2.447	3.633	20%	15%
Diferenças temporárias:					
Base de cálculo	166.278	166.278	169.472	104.120	65.352
Alíquota	25%	20%	41.570	25%	15%
Crédito tributário diferido atual (c)	41.570	24.942	42.368	20.824	9.803
Circulante	13.094	7.856	16.413	14.590	
Não Circulante	29.954	19.333	25.988	19.577	
Total	43.048	27.189	46.001	34.167	
Movimentação do crédito tributário					
Saldo inicial	46.001	34.167	50.874	39.553	
Constituição de diferenças temporárias	12.107	22.882	16.326	11.781	
Realização de diferenças temporárias	(12.905)	(28.567)	(20.781)	(16.625)	
Varição no Período	(798)	(5.685)	(4.455)	(4.844)	
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	678	406	797	638	
Realização de prejuízo fiscal e base negativa	(2.833)	(1.699)	(1.215)	(1.180)	
Varição no Período	(2.155)	(1.293)	(418)	(542)	
Saldo Final Movimentado	43.048	27.189	46.001	34.167	
Saldo Final Contábil	43.048	27.189	46.001	34.167	

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está em conformidade com as exigências da legislação e os normativos aplicáveis, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pelo Banco e amparado por Estudo de Viabilidade Econômico-financeira, preparado para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional do Banco, periodicamente revisto pela Administração. Abaixo, demonstramos a realização do crédito tributário para os próximos anos:

Realização do crédito tributário					
	31/12/2018	31/12/2017			
1º Ano.....	13.094	7.856	16.413	14.590	
2º Ano.....	8.968	5.381	8.796	5.277	
3º Ano.....	8.507	6.465	4.936	2.961	
4º Ano.....	4.985	2.991	4.148	2.489	
5º Ano.....	4.980	2.988	5.335	3.201	
Acima de 5 anos	2.514	1.508	6.373	5.649	
Totais.....	43.048	27.189	46.001	34.167	

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) projetada para os períodos demonstrados acima, a uma taxa de 7,00% a.a. e está descontado de R\$ 18.624, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$ 51.612 (R\$ 61.333 em 2017), conforme demonstrado abaixo:

Realização do crédito tributário					
	31/12/2018	31/12/2017			
1º Ano.....	10.404	6.242	13.919	12.373	
2º Ano.....	6.629	3.977	6.955	4.173	
3º Ano.....	5.877	4.466	3.614	2.168	
4º Ano.....	3.554	2.132	2.812	1.687	
5º Ano.....	3.538	2.123	3.698	2.219	
Acima de 5 anos	1.669	1.001	4.090	3.625	
Totais.....	31.671	19.941	35.088	26.245	

9 Outros créditos

O saldo de Outros créditos, está composto por:

	2018	2017
Créditos tributários - IRPJ e CSLL - Nota (a).....	70.237	80.168
Devedores por depósitos em garantias (b).....	17.074	15.551
Impostos e contribuições a compensar (c).....	11.262	3.231
Devedores diversos - País (d).....	12.145	19.141
Outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 7).....	94.835	128.034
Prov. p/perdas em outros cred. - Com carac.de concessão de crédito (Nota 7).....	(11.981)	(5.889)

	2018	2017
Diversos.....	550	663
Total.....	189.686	235.150
Circulante.....	130.822	100.229
Não Circulante.....	58.864	134.921

(a) Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 8 (Créditos Tributários). (b) Devedores por depósitos em garantias estão compostos por: i) Recursos fiscais R\$ 14.572 (13.835 em 2017); ii) Depósitos ações civis R\$ 1.597 (R\$ 984 em 2017); iii) Recursos trabalhistas R\$ 903 (R\$ 731 em 2017); iv) Outros depósitos judiciais R\$ 2 (R\$ 1 em 2017). (c) Impostos e contribuições a compensar: conta constituída, basicamente, por antecipações de IRPJ e CSLL do período, nos montantes de R\$ 6.307 e R\$ 4.913 e outros impostos e contribuições a compensar no montante de R\$ 42 (R\$ 1.733, R\$1.437 e R\$ 61 em 2017, respectivamente). (d) A composição da rubrica "Devedores diversos - País" pode ser sumarizada da seguinte forma: i) Baixas em operações de crédito a processar R\$ 3.586 (R\$ 4.337 em 2017); ii) Baixas em ope-

BANCO SEMEAR S.A.					
CNPJ: 00.795.423/0001-45					
Av. Afonso Pena, 3.577 - 3º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG					
2º sem 2018					
2º sem 2018	2018	2017			
Saldo no início do período	35.790	40.296	59.115		
Constituição - operação de créditos (Nota 7d).....	16.920	31.923	42.149		
Reversão - operação de créditos (Nota 7d).....	(2.576)	(3.448)	(1.136)		
Créditos de liquidação duvidosa baixados					
para prejuízo.....	(13.307)	(31.944)	(59.832)		
Saldo no final (*).....	36.827	36.827	40.296		

(*) A redução da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) no ano 2018, ocorreu devido mudança na estratégia do Banco em conceder crédito de menor risco e melhor qualidade.

d. Despesas provisão para crédito de liquidação duvidosa líquida de recuperação					
	2º sem/2018	2018	2017		
Provisão Constituída.....	(16.920)	(31.923)	(42.149)		
Reversão Constituída.....	2.576	3.448	1.136		
Total.....	(14.344)	(28.475)	(41.013)		

e. Carteira por atividade econômica

	2018	2017
Produtos	Carteira	% da Carteira
Indústria.....	19.320	4%
Comércio.....	34.898	6%
Serviços.....	95.064	17%
Pessoa física.....	403.122	73%
Totais.....	552.404	100%

f. Carteira por faixa de vencimento

	2018	2017
Prazos de vencimento	Carteira	% da Carteira
Vencidas.....	35.528	6%
A vencer até 30 dias.....	84.634	15%
A vencer de 31 a 60 dias.....	85.806	16%
A vencer de 61 a 90 dias.....	57.312	10%
A vencer de 91 a 180 dias.....	104.101	19%
A vencer de 181 a 360 dias.....	88.008	16%
A vencer após 360 dias.....	97.015	18%
Totais.....	552.404	100%

g. Resultado com operações de crédito

	2º sem/2018	2018	2017
1 - Operações de créditos			
Rendas de empréstimos.....	43.716	83.508	76.112
Rendas de financiamentos.....	83.152	172.269	157.291
Rendas financiamento habitacionais.....	770	1.331	563
Recuperação de créditos.....	7.815	12.852	12.876
Renda bruta de operações de crédito.....	135.453	269.960	246.842
(-) Comissões sobre operações de crédito.....	(64.143)	(127.291)	(100.286)
Total.....	71.310	142.669	146.556

Devido à mudança na estratégia do Banco em conceder crédito com menor risco e melhor qualidade, houve aumento nas rendas de financiamento, aumento nas comissões sobre operações de crédito e diminuição nas provisões para crédito de liquidação duvidosa (nota 7 c), comparando-se o ano de 2018 com o ano de 2017.

2 - Outros créditos com característica de concessão de créditos

	2º sem/2018	2018	2017
Rendas de Aq.Crédito - Recebíveis de Cartões de Créditos.....	2.369	5.938	10.308
Prej. Cessão de Crédito - Recebíveis de Cartões de Créditos.....	-	(455)	-
Rendas de Aq.Crédito - Recebíveis de Financ.Imobiliário.....	6.655	14.190	14.492
Recuperação de créditos.....	688	1.402	-
Total.....	9.712	21.075	24.800

(1) Neste exercício foi realizada cessão, com coobrigação, com partes relacionadas não integrante do SFN, no montante de R\$ 7.620 mil, sendo apurado um prejuízo na operação de R\$455 mil, o qual é parte integrante do resultado de operações de crédito.

b. Outras informações de operações de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, houve operações de créditos renegociadas no montante de R\$34.363 (R\$ 49.593 em 2017), com saldo de provisão de R\$2.292 (R\$ 9.970 em 2017) e saldos recuperados de R\$14.254 (R\$12.876 em 2017). As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCB), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas restringem-se, basicamente, a garantias fidejussórias.

8 Créditos tributários
A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, e sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. Os créditos tributários foram reconhecidos conforme Resolução CMN nº 3.059/2002, com as modificações introduzidas pela Resolução CMN nº 3.355/2006, e encontram-se registrados na rubrica "Outros Créditos", conforme Nota Explicativa nº 9 (Outros créditos), podendo ser demonstrados sinteticamente na seguinte forma:

A apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está em conformidade com a Instrução Normativa da RFB nº 1.591 de 5 de novembro de 2015.

2018					
CSLL					
	Realiz. até 31.12.2018	Realiz. a partir de 01.01.2019	IRPJ	Realiz. até 31.12.2018	Realiz. a partir de 01.01.2019
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	-	-	5.914	-	-
Alíquota	25%	14,981	1.478	25%	23.601
Crédito tributário diferido atual (a)	1.478	2.447	3.633	20%	15%
Diferenças temporárias:					
Base de cálculo	166.278	166.278	169.472	104.120	65.352
Alíquota	25%	20%	41.570	25%	15%
Crédito tributário diferido atual (c)	41.570	24.942	42.368	20.824	9.803
Circulante	13.094	7.856	16.413	14.590	
Não Circulante	29.954	19.333	25.988	19.577	
Total	43.048	27.189	46.001	34.167	

rações de crédito - Confissão de Dívida R\$ 967 (R\$ 967 em 2017); iii) Contingências Judiciais Reembolsáveis R\$ 119 (R\$ 122 em 2017); iv) Serviços de correspondentes R\$ 6.140 (R\$ 7.562 em 2017); v) Baixa operações de recebíveis cred.imob.em processo formalização R\$ 1.333 (R\$ 6.153 em 2017).

10 Outros valores e bens

O saldo de Outros valores e bens encontra-se representado por:

	2018	2017
Bens não de uso próprio.....	35.670	31.843
Bens não de uso próprio (a).....	36.501	31.843
Prov.p/desval.de outros valores e bens.....	(831)	-
Material em estoque.....	18	29
Despesas antecipadas.....	35.688	31.872
Serviços de terceiros.....	6.802	4.425
Deságio por intermediação de CDB.....	197	43
Comissões pela captação de títulos.....	6.605	4.365
Total.....	42.490	36.297
Circulante.....	37.057	34.898
Não Circulante.....	5.433	1.399

(a) Referem-se a bens recebidos em garantia de empréstimos, relativos as carteiras de empresas e mobiliários. Os valores apresentados estão suportados por laudos de avaliação elaborados por peritos independentes e, caso necessário, ajustado ao

BANCO SEMEAR S.A.			
CNPJ: 00.795.423/0001-45 Av. Afonso Pena, 3.577 - 3º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG			
16 Despesas com pessoal	2º sem 2018	2018	2017
Despesas de pessoal:	(9.872)	(18.354)	(14.731)
Proventos	(7.048)	(13.074)	(10.147)
Encargos sociais	(1.659)	(3.087)	(2.591)
Benefícios	(1.135)	(2.133)	(1.879)
Despesas de honorários de Diretoria	(30)	(60)	(114)
17 Outras despesas administrativas	2º sem 2018	2018	2017
Outras despesas administrativas:	(20.222)	(36.019)	(34.695)
Desp. de outros serviços de terceiros	(7.694)	(13.959)	(12.996)
Desp. de serviços téc. especializados	(2.637)	(4.179)	(3.977)
Despesas de serviços do SFN	(670)	(1.410)	(2.378)
Despesas de processamento de dados	(3.131)	(5.705)	(4.351)
Despesas de indenizações judiciais	(1.580)	(2.980)	(3.572)
Desp. de localização e funcionamento	(1.993)	(3.461)	(2.576)
Despesas de emolumentos judiciais	(884)	(1.407)	(1.769)
Despesas de marketing e publicações	(420)	(710)	(363)
Demais despesas administrativas	(1.123)	(2.208)	(2.713)
18 Despesas tributária	2º sem 2018	2018	2017
COFINS	(4.931)	(10.308)	(8.947)
PIS	(801)	(1.675)	(1.454)
IOF bancado	-	(26)	(9)
ISS	(380)	(550)	(633)
ITBI/IPTU	(433)	(776)	(721)
Outros tributos municipais	(5)	(24)	(85)
	(6.550)	(13.359)	(11.849)

21 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados dos períodos podem ser sinteticamente demonstradas na forma seguinte:			
	2º Sem/2018	31/12/2018	31/12/2017
	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	7.800	7.800	34.203
Participações dos empregados	(893)	(893)	(2.139)
Adições (exclusões) permanentes	(155)	(174)	(43)
Diferenças temporárias ativas diferidas (a)	3.725	3.729	(3.194)
Diferenças temporárias passivas diferidas (b)	(2)	(2)	(94)
Resultado líquido ajustado	10.475	10.460	28.733
(-) Prejuízo fiscal/base negativa (d)	(3.143)	(3.138)	(8.620)
Base de cálculo tributável (c)	7.332	7.322	20.113
Alíquota-base	(1.100)	(1.464)	(3.017)
Alíquota adicional	(721)	-	(1.987)
Incentivos fiscais	140	-	159
Totais - Valores correntes	(1.681)	(1.464)	(4.845)
Diferença - Prov. do exercício anterior	81	66	81
Ajustes - Valores correntes	(1.600)	(1.399)	(4.764)
Base de cálculo tributável (b)	(2)	(2)	(94)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	(1)	-	(24)
Passivo fiscal diferido	(1.601)	(1.399)	(4.788)
Base de cálculo tributável (a)	3.725	3.729	(3.194)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	(29.349)	-
Diferenças temporárias	-	745	(639)
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (e)	-	(4.588)	(5.046)
Diferenças temporárias	932	(3.843)	(798)
Base de cálculo tributável (d)	(3.143)	(3.138)	(8.620)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa	(786)	(471)	(2.155)
Ativo fiscal diferido	146	(4.314)	(2.952)
Totais - Geral	(1.455)	(5.713)	(7.740)

(e) Efeito da alteração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido instituído pela Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015.

22 Transações com partes relacionadas			
a. Sumário das transações			
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo
Pessoal chave da administração	-	13	129
Outras partes relacionadas (1)	74.487	5.537	8.671
Total	74.487	5.550	8.800
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo
Pessoal chave da administração	-	5	468
Outras partes relacionadas (1)	84.283	231	11.719
Total	84.283	236	12.187

As despesas realizadas com partes relacionadas no período referem-se a:			
• RS 1.200 (RS 670 em 2017) provenientes de despesas com aluguéis e condomínio do período.			
• RS 9.274 (RS 5.934 em 2017) provenientes de serviços de cobrança e apoio administrativo prestados no período.			
• RS 778 (RS 1.553 em 2017) provenientes de despesas com remuneração de depósito a prazo e letras de créditos imobiliários mantidos por demais pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Séculus no período.			
• RS 60 (RS 79 em 2017) provenientes de despesas administrativas gastas com pessoal administrativo.			
• RS 163 (RS 50 em 2017) provenientes de doação à entidade filantrópica.			
• RS 4 (RS 87 em 2017) de receita proveniente de investimento em empresa ligada.			
• RS 81 (RS 0 em 2017) de receita de cessão de crédito auferida com partes relacionadas.			
As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazo têm taxa máxima de 122% do CDI e prazo máximo de vencimento em 2 de junho de 2022.			
(f) Outras partes relacionadas			
• Os títulos de crédito a receber no total de RS 74.487 (RS 84.284 em 2017) com provisão no total de RS 11.807 (RS 5.184 em 2017) referem-se ao saldo em 31 de dezembro de 2018 da carteira de recebíveis dos créditos imobiliários adquirida de empresa ligada - Nota Explicativa nº 7.			
• Depósitos à vista representados por RS 4.776 (RS 19 em 2017) de pessoa física e RS 761 (RS 217 em 2017) por empresas ligadas.			
• Depósitos a prazo compostos de RS 4.063 (RS 9.032 em 2017) de pessoas físicas e RS 4.608 (RS 3.155 em 2017) por empresas ligadas.			
Remuneração da Administração			
De acordo com a Resolução CMN nº 3.921/2010, o Banco passou a estabelecer anualmente, através de Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos Administradores, que é acordada entre a Administração e a Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.			
Remuneração fixa			
Contribuição - INSS			
O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.			
23 Outras informações			
Ouvidoria			
Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução CMN nº 4.433/2015. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.			

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Artur Geraldo de Azevedo - Presidente			
Ílvio Braz de Azevedo - Vice-presidente			
Márcio José Siqueira de Azevedo - Conselheiro			
DIRETORIA			
Roberto Willians Silva Azevedo - Diretor-presidente			
Lilian Lúcia Leão de Azevedo Pessoa - Diretora-vice-presidente			
Alexandra Eliane dos Santos Oliveira - Diretora			
CONTADORA RESPONSÁVEL			
Maria Aparecida F. de Souza Costa - CRC-MG: 48852/O-2			
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras			

Aos Administradores e aos Acionistas do Banco Semear S.A.

Belo Horizonte - Minas Gerais

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Semear S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Semear S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que

a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito dadas da administração pelas s

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-01428/O-6 F-MG
Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO
Av. Acesita, nº 3230, Bairro São José, Timóteo/MG
CEP: 35182-901 - Telefax: (31) 3847-4718 / 3847-4701

AVISO DE LICITAÇÃO - AVISO DE EQUIPE TÉCNICA E SORTEIO PARA FORMAÇÃO DE SUBCOMISSÃO. O Município de Timóteo, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, nos termos da Lei Federal nº. 12.232 de 24/04/10, torna público a relação dos nomes que compõem a equipe para análise e julgamento das propostas técnicas, referente ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 078/2019, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2019**, cujo objeto é a contratação de agência de publicidade para prestação de serviços nos setores de publicidade e propaganda para executar um conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objeto o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição e veiculação de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de divulgar serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral, a saber: Diego Nielsen Dias, Fernando Alves de Paula, Júlio César Nascimento Silva, Karine Borges Paula, Kenya Azevedo Ferreira, Oscar Fernandez Llorente, Aline Quintão B. Araújo, Giane Larissa Silva Souza e Isabela de Oliveira Fonseca. A escolha dos 03(três) membros para formação da subcomissão técnica dar-se-á por sorteio, dentre os nomes acima supracitados, a ser realizado em sessão pública, nos termos do §2º, artigo 10, da Lei Federal 12.232/10, às **14:00 horas do dia 08 de abril de 2019**, na Sala de Reuniões de Licitações, localizada à Av. Acesita, nº 3.230, Bairro São José, Timóteo/MG). Timóteo, 27 de março de 2019. **Jamilton Gomes Figueiredo - Presidente da CPL.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO

O município de Itabira torna público que fará realizar **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PMI/SM/ASUMAP/DICOM Nº 012/2019, PROCESSO 039/2019**, cujo objeto consiste na **Aquisição de equipamentos (quadros elétricos, interface IHM, centro de controle, mini controlador, tanque estacionário vertical e tanque preparador de polímero) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras do Município de Itabira/MG conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital.** A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia **09/04/2019 às 08:00 horas** e o início da disputa do pregão dar-se-á no dia **09/04/2019 às 09:00 horas**. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.licitacoes-e.com.br a partir do dia **28/03/2019** e na Diretoria de Compras, 2º andar da Prefeitura, na Avenida Carlos de Paula Andrade nº 135 – Centro – Itabira/MG – Telefone (31) 3839-2200 – 3839-2118, de 2ª a 6ª feira, no horário de 12 às 18 horas.

Itabira, 27 de março de 2019.

Maria Regina Silva Oliveira Camilo
Secretária Municipal de Administração



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - MG - ESTADO DE MINAS GERAIS/ MG

Oficial: Marisa S.N.O. Andrade
Substituto: Janicele Aleixo Alves

EDITAL DE INTIMAÇÃO

INTIMA: KELLY APARECIDA SILVA PEREIRA | INTIMA: ADENIZIO CARLOS PEREIRA

MARISA SILVEIRA NETO OTAVIANO ANDRADE, Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão das Neves/MG, na forma da lei, etc., utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de **financiamento nº 201401051**, Intima o Sra. **KELLY APARECIDA SILVA PEREIRA**, CPF: **008.869.306-69**, e **ADENIZIO CARLOS PEREIRA**, CPF: **792.626.866-68**, residentes em local incerto e não sabido, **para satisfazer, tendo em vista a infrutífera tentativa de intimação pessoal, na forma da lei** no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que vencerem até a data do pagamento com juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação referente ao contrato e venda garantindo por alienação fiduciária, firmado em **07/10/2008**, registrado sob o nº **R-3**, e na **matrícula 22910** deste serviço referente ao imóvel situado a **Rua Dezessete, nº 17, Bairro: Conjunto Habitacional Nova Pampulha, CEP: 33937-270**, Ribeirão das Neves/MG, com saldo devedor em **22/03/2019** Perfaz o montante de **R\$ 2.477,03**, relativo as prestações vencidas e não pagas, devendo comparecer a **BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A**, onde devera pagar o debito acima desciminado, purgando-se a mora sob pena de se consolidar a propriedade em nome do credor fiduciário. Dado e passado nest cidade de Ribeirão das Neves. Ribeirão das Neves, 22 de Março de 2019. A Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
AVISO - EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO 045/2019
TOMADA DE PREÇOS PMI/SM/SUCON Nº 003/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Itabira, por meio da Coordenadoria de Contratos, torna público que fará realizar em sua sede na Avenida Carlos de Paula Andrade, nº 135, bairro Centro, Itabira/MG, licitação na modalidade **Tomada de Preços PMI/SM/SUCON nº 003/2019, do Tipo Menor Preço Global**, sob o regime de empreitada, por preço unitário, para a **contratação de empresa para execução de reforma da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Concha Acústica no Município de Itabira/MG**, em atendimento as solicitações da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Trânsito, nos termos da lei federal 8.666/93 e suas posteriores alterações. **Cópia do edital referente a esta Tomada de Preços poderá ser adquirida junto a Coordenadoria de Contratos da Prefeitura de Itabira, no horário de 12 às 18 horas, a partir do dia 28/03/2019 até o dia 15/04/2019**, na sede da Prefeitura, situada na Av. Carlos de Paula Andrade 135, Centro; devendo para sua aquisição ser recolhida a importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais), correspondente unicamente ao valor da preparação das cópias na Diretoria de Tributação da Secretaria Municipal da Fazenda. A entrega dos envelopes de “proposta de preços” e “habilitação”, deverá ser realizada na Diretoria de Protocolo e Atendimento, sala 112, 1º andar, da Prefeitura de Itabira, até às **14:00 horas do dia 15/04/2019** e o início da reunião de abertura dos envelopes dar-se-á dia **15/04/2019, às 14:30 horas**, no Auditório, andar térreo, no prédio da Prefeitura de Itabira.

Itabira, 27 de março de 2019.

Nilo Grisolia Rosa Elizângela da Silva Teixeira
Filipe Lage Jorge
Comissão Permanente de Licitação

TRIGGO LABS CONSULTORIA EM TI S/A – CNPJ: 15.351.093.0001-66			
Fundada em 2012, a TRIGGO LABS CONSULTORIA EM TI S/A é uma empresa viva, mutante, que se reinventa sempre em favor de uma evolução. Isso porque trabalhamos com transformação, seja ela digital, analógica ou de comportamento. Sabemos que a tecnologia é fundamental, mas a transformação digital só é possível quando colocamos as pessoas no centro da mudança. Diante disso, criamos um novo produto: HMUD, capaz de provocar e impulsionar a mudança das pessoas e empresas para as quais possam acompanhar o movimento ágil. Aplicamos em todos os desafios a metodologia de Service Design Thinking, para entender as necessidades dos usuários e gerar soluções que sejam ao mesmo tempo criativas, viáveis tecnicamente e alinhadas à estratégia da empresa. A TrigoLabs ainda é mantenedora do UNOCOIDE, uma ferramenta que com apenas uma linha de código otimiza a transformação de um sistema web em responsivo.			
BALANÇO PATRIMONIAL			
	2017	2018	
ATIVO	3.124.306	3.617.091	
ATIVO CIRCULANTE	388.526	896.253	
Disponível	88.465	293.946	
Caixa Geral	100	100	
Bancos Conta Movimento	179	10.926	
Aplicações Financeiras Liquidez Imediata	88.186	282.920	
Clientes	198.474	460.746	
Duplicatas a Receber	198.474	460.746	
Outros Créditos	101.587	141.562	
Adiantamento a Empregados	9.134	5.642	
Tributos a Recuperar ou Compensar	92.453	135.919	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.735.780	2.720.838	
Imobilizado	46.585	31.642	
Bens em Operação	118.353	127.609	
(-) Depreciações/Amortizações Acumuladas	(71.768)	(95.967)	
Intangíveis	2.689.195	2.689.195	
Software Crux	1.534.481	1.534.481	
Software Crux - Atualização	1.154.714	1.154.714	
PASSIVO	3.124.306	3.617.091	
PASSIVO CIRCULANTE	438.740	333.476	
Empréstimos e Financiamentos	199.195	186.795	
Fornecedores	199.195	186.795	
Fornecedores Nacionais	49.250	28.920	
Obrigações Tributárias	94.798	69.505	
Impostos e Contribuições a Recolher	94.798	69.505	
Obrigações Trabalhistas	87.423	43.657	
Obrigações com Pessoal	39.525	20.664	
Provisões	47.898	22.993	
Outras Obrigações	8.075	4.600	
Outras Contas a Pagar	8.075	4.600	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.386.490	2.981.571	
Empréstimos e Financiamentos	2.386.490	2.981.571	
Recursos para Aumento de Capital	2.386.490	2.981.571	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	299.076	302.044	
Capital Social	1.650.000	1.650.000	
Capital Social	1.650.000	1.650.000	
Reservas de Avaliação Patrimonial	335.491	335.491	
Reserva de Ágio	335.491	335.491	
Adiantamento p/futuro aumento de capital	350.000	350.000	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(1.686.415)	(2.033.447)	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(1.707.419)	(1.686.415)	
Lucros ou Prejuízos do Período	21.004	(347.033)	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Reservas de Capital	Recursos para Aumento de Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados
	Capital Social	Ágio em Ações	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.650.000	335.491	
Ajuste de exercícios anteriores			973
Resultado do exercício			(863.791)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.650.000	335.491	
Ajuste de exercícios anteriores			1.521
Resultado do exercício			21.004
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.650.000	335.491	
Adto para Aumento de Capital			350.000
Resultado do exercício			(347.033)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.650.000	335.491	

Demonstração de Resultado do Exercício - 2018	
Recetta Bruta	2.830.938,39
Prestação de Serviços Matriz	2.830.938,39
Deduções da Recetta Bruta	
Impostos sobre serviços	(309.824,79)
Recetta Líquida Operacional	2.521.113,60
Despesas/Recetas Operacionais	
Despesas Administrativas e Comerciais	(2.835.633,95)
Despesas Tributárias e Financeiras	(4.254,12)
Resultado Financeiro	(30.364,75)
Outras despesas operacionais	2.106,60
Total Despesas/Recetas Operacionais	(2.868.146,22)
Resultado Operacional	(347.032,62)
Resultado Líquido Acumulado	(347.032,62)
Demonstração de Fluxo de Caixa - 2018	
Das Atividades Operacionais	
Resultado líquido do período Antes do IRPJ/CSLL	(347.033)
Ajustes por:	
Depreciações e amortizações	24.198
Resultado Financeiro	30.365
Ajuste de exercícios anteriores	1.521
Resultado líquido do período Ajustado	(290.949)
Decréscimo (Acréscimos) em Ativos	
Contas a Receber	(262.722)
Outros créditos	(40.100)
(Decréscimo) Acréscimos em Passivos	
Fornecedores	(20.330)
Obrigações Tributárias	(25.168)
Obrigações Trabalhistas	(43.765)
Outras obrigações	(3.475)
Caixa Proveniente das Operações	(686.059)
Caixa Líquido Proveniente das Operações	(686.059)
Das Atividades de Investimento	
Caixa Líquido Aplicado nas atividades de investimento e intangível	(9.256)
Caixa Líquido Aplicado nas atividades de investimento	(9.256)
Das Atividades de Financiamento	
Acréscimos (Redução) nos financiamentos	582.682
Resultado Financeiro	(30.365)
Caixa Líquido Aplicado nas atividades de Financiamento	552.317
Das Atividades com Acionistas	
Adiantamento Para Aumento de Capital	350.000
Caixa Líquido Aplicado nas atividades com acionistas	350.000
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de Caixa	205.481
Caixa e Equivalentes de Caixa	
No Início do Período	872.565
No Final do Período	1.078.046
Aumento (Redução) de Caixa e equivalentes de Caixa	205.481
Daves Roberto de Souza - Administrador - CPF 937.315.828-72	
Hélen de Andrade Batista - Administrador - CPF 464.714.056-34	
Daniel Thuler Junior - Contador - CRC ISP 164.294-0-4	

SICOOB									
Relatório da Administração									
Senhores Associados, Submetemos à apreciação de V.S.as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2018 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Nordeste Mineiro - LTDA - SICOOB CREDICENM, na forma da Legislação em vigor. 1. Política Operacional: Em 2018 o SICOOB CREDICENM completou 21 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos. 2. Avaliação de Resultados: No exercício de 2018, o SICOOB CREDICENM obteve um resultado de R\$3.763.425,35 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 21,19%. 3. Ativos: Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$69.999.979,74. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$50.225.268,22. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída: Empréstimos e Títulos Descontados R\$45.600.893,61 90,79% Carteira Rural R\$3.653.035,22 7,27% Financiamento R\$971.339,39 1,93% Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 20,64% da carteira, no montante de R\$ 10.392.643,60. 4. Captação: As captações, no Total de R\$104.064.031,76, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 27,70%. As captações encontravam-se assim distribuídas: Depósitos a Vista R\$26.778.245,71 25,73% Depósitos a Prazo R\$77.285.786,05 74,27% Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 13,46% da captação, no montante de R\$13.871.009,07. 5. Patrimônio de Referência: O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDICENM era de R\$ 16.521.313,93. O quadro de associados era composto por 17.575 Cooperados, havendo um acréscimo de 9,05% em relação ao mesmo período do exercício anterior. 6. Política de Crédito: A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a									
Balancos Patrimoniais para os Exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 - Em Reais									
Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017				
Circulante	96.018.656,66	78.394.385,06	Circulante	106.477.582,43	84.881.873,88				
Disponibilidades	2.140.955,48	2.466.221,28	Depósitos (Nota 11)	104.064.031,76	81.488.287,30				
Relações Interfinanceiras (Nota 04)	69.999.979,74	54.096.020,70	Depósitos a Vista	26.778.245,71	16.566.465,95				
Centralização Financeira - Cooperativas	69.999.979,74	54.096.020,70	Depósitos a Prazo	77.285.786,05	64.921.821,35				
Operações de Crédito (Nota 05)	22.695.308,20	20.956.484,59	Relações Interfinanceiras (Nota 12)	51.179,60	85.613,06				
Operações de Crédito	23.901.229,23	22.398.206,91	Repasse Interfinanceiros	51.179,60	85.613,06				
(Prov. p/Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa)	(1.205.921,03)	(1.441.722,32)	Relações Interdependências	389,93	-				
Outros Créditos (Nota 06)	704.895,12	638.613,05	Relações Interdependências	389,93	-				
Avais e Fianças Honradas	145.133,32	102.856,16	Outras Obrigações (Nota 13)	2.361.981,14	2.807.973,52				
Rendas a Receber	455.132,52	436.554,17	Cobrança e Arrecadação de	-	-				
Diversos	210.397,06	170.164,46	Tributos e Assemelhados	44.905,75	56.744,41				
(Prov. p/Outros Créd. de Liq. Duvidosa)	(105.767,78)	(70.961,74)	Sociais e Estatutárias	541.164,43	338.922,28				
Outros Valores e Bens (Nota 07)	477.518,12	237.045,44	Fiscais e Previdenciárias	326.567,35	347.526,84				
Outros Valores e Bens	265.473,06	179.050,82	Diversas	1.449.343,61	2.064.779,99				
Despesas Antecipadas	212.045,06	57.994,62	Exigível a Longo Prazo	2.241.790,55	102.367,17				
Realizável a Longo Prazo	26.324.038,99	17.669.586,54	Relações Interfinanceiras (Nota 12)	2.241.790,55	102.367,17				
Operações de Crédito (Nota 05)	26.324.038,99	17.669.586,54	Repasse Interfinanceiros	2.241.790,55	102.367,17				
Operações de Crédito	4.136.687,94	2.951.100,94	Outras Obrigações (Nota 13)	-	-				
Permanente	1.600.177,31	1.437.553,10	Diversas	-	-				
Investimentos (Nota 08)	1.434.261,19	1.288.771,80	Patrimônio Líquido (Nota 15)	17.760.010,61	14.530.831,49				
Participações em Cooperativas	165.916,12	148.781,30	Capital Social	8.497.266,58	8.205.664,38				
Partic. em Inst. Financ. Controladas Coop	165.916,12	148.781,30	De Domiciliados no País	8.527.763,08	8.239.070,50				
Imobilizado em Uso (Nota 09)	2.483.248,30	1.423.440,54	(Capital a Realizar)	(30.496,50)	(33.406,12)				
Outras Imobilizações de Uso	4.276.640,58	2.883.461,70	Reserva de Lucros	8.136.339,45	4.853.044,35				
(Depreciações Acumuladas)	(1.793.392,28)	(1.460.021,16)	Sobras Acumuladas	1.126.404,58	1.472.122,76				
Intangível (Nota 10)	53.262,33	90.107,30	Total do Passivo	126.479.383,59	99.015.072,54				
Ativos Intangíveis	496.468,14	484.718,14							
(Amortização Acumulada)	(443.205,81)	(394.610,84)							
Total do Ativo	126.479.383,59	99.015.072,54							
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.									
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Semestre e Exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 - Em Reais									
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas	Totais				
			Legal	Expansão	Acumuladas				
Saldo em 31/12/2016	8.353.419,55	(59.876,01)	3.170.487,44	-	1.666.726,96	13.130.757,94			
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-			
Ao FATES	-	-	-	-	(83.336,36)	(83.336,36)			
Constituição de Reservas	-	-	1.333.381,56	(250.009,04)	(1.583.390,60)	-			
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-			
Por Subscrição/Realização	980.129,14	26.469,89	-	-	-	1.006.599,03			
Por Devolução (-)	(1.094.478,19)	-	-	-	-	(1.094.478,19)			
Reversões de Reservas	-	-	-	-	-	-			
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	-	-			
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-			
FATES - Atos não Cooperativos	-	-	-	-	(104.463,89)	(104.463,89)			
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-			
Fundo de Reserva	-	-	349.175,35	-	(349.175,35)	-			
FATES	-	-	-	-	(174.587,67)	(174.587,67)			
Saldos em 31/12/2017	8.239.070,50	(33.406,12)	4.853.044,35	-	1.472.122,76	14.530.831,49			
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-			
Ao FATES	-	-	-	-	(441.636,83)	(441.636,83)			
Constituição de Reservas	-	-	1.030.485,93	-	(1.030.486,93)	-			
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-			
Por Subscrição/Realização	1.437.734,64	2.909,62	-	-	-	1.440.644,26			
Por Devolução (-)	(1.148.918,06)	-	-	-	-	(1.148.918,06)			
Estorno de Capital	(124,00)	-	-	-	-	(124,00)			
Reversões de Reservas	-	-	-	-	-	-			
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	-	-			
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-			
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-			
Fundo de Reserva	-	-	2.252.809,17	-	(2.252.809,17)	-			
FATES	-	-	-	-	(375.468,20)	(375.468,20)			
Saldos em 31/12/2018	8.527.763,08	(30.496,50)	8.136.339,45	-	1.126.404,58	17.760.010,61			
Saldos em 30/06/2018	8.158.394,79	(35.290,80)	5.883.530,28	-	1.752.594,59	15.759.228,86			
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-			
Por Subscrição/Realização	833.491,73	4.794,30	-	-	-	838.286,03			
Por Devolução (-)	(463.999,44)	-	-	-	-	(463.999,44)			
Estorno de Capital	(124,00)	-	-	-	-	(124,00)			
Reversões de Reservas	-	-	-	-	-	-			
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	-	-			
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-			
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-			
Fundo de Reserva	-	-	2.252.809,17	-	(2.252.809,17)	-			
FATES	-	-	-	-	(375.468,20)	(375.468,20)			
Saldos em 31/12/2018	8.527.763,08	(30.496,50)	8.136.339,45	-	1.126.404,58	17.760.010,61			
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.									
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017									
1. Contexto Operacional: A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Nordeste Mineiro Ltda - SICOOB CREDICENM, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/09/1997, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais - Sicoob Central CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.995/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. O SICOOB CREDICENM possui Postos de Atendimento (PAS) nas seguintes localidades: - Guanahães/MG, situado à Praça Jk, 333 Centro, CEP: 39740-000; - Virgíniópolis/MG, situado na Rua Félix Gomes, 310, Centro, CEP: 39730-000; - Braúnas/MG, situado na Praça José Augusto de Oliveira, 269, CEP: 35.189-000; - Dom Joaquim/MG, situado na Rua José Thomaz Neto, 17, CEP: 35865-000; - Itamarandiba/MG, situado na Rua Padre João Afonso, 112, Centro, CEP: 39670-000; - Pecanha/MG, situado na Rua Horácio Freitas, 74, Centro, CEP: 39700-000; - Santa Maria do Suaçu/MG, situado na Rua Serafim Peixoto, 67, CEP: 39780-000; - Sabinópolis/MG, situado na Praça Monsenhor Amantino, 27, Centro, CEP: 39750-000; - São Sebastião do Maranhão/MG, Rua Cônego Lafayette, 1081, Centro, CEP: 39795-000; - Serro/MG, situado na Rua Antônio Honório Pires, 118-E, Centro, CEP: 39150-000. - Conceição do Mato Dentro/MG situado na Av. Jk, 493, Centro, CEP: 35.860-000; - Rio Vermelho/MG, situado na Praça Nossa Senhora da Pena, 176 - Centro, CEP: 39170-000; - São João Evangelista, situado na Rua Capitão Sebastião da Costa Rocha, 93 - Centro, CEP: 39.750-000. O SICOOB CREDICENM tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade: (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados; (ii) A formação educacional, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, a seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa									
Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações. O SICOOB CREDICENM adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 98,19% nos níveis de "A" a "C". 7. Governança Corporativa: Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão. Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão. A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia. A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB Central CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas. Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa. Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central. Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Social, o Regulamento Eleitoral. A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional. Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos									
associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição. 8. Conselho Fiscal: Eleito na AGO, com mandato até a AGO de 2021, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balançets mensais e seu balanço patrimonial anual. No exercício de 2017, todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB Central CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las. 9. Código de Ética: Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDICENM aderiram, em 30/11/2012, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso. 10. Sistema de Ouvidoria: A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes. No exercício de 2018, a Ouvidoria do SICOOB CREDICENM registrou 23 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito. Das 23 reclamações, 12 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. 11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop: De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito-									
Demonstrações de Sobras ou Perdas para o Semestre e Exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 - Em Reais									
Segundo Semestre/2018									
	2018	2017		2018	2017				
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira	5.921.981,71	11.438.596,30	Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira	5.921.981,71	11.438.596,30				
Despesas (Dispendios) da Intermediação Financeira (Nota 18)	(2.674.540,94)	(5.174.179,92)	Despesas (Dispendios) da Intermediação Financeira (Nota 18)	(2.674.540,94)	(5.174.179,92)				
Operações de Captação no Mercado	(2.275.151,60)	(4.349.876,59)	Operações de Captação no Mercado	(2.275.151,60)	(4.349.876,59)				
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(40.988,39)	(45.283,48)	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(40.988,39)	(45.283,48)				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(358.400,95)	(779.019,85)	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(358.400,95)	(779.019,85)				
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.247.440,77	6.264.416,38	Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.247.440,77	6.264.416,38				
Outras Receitas/Despesas (Ingressos/Dispendios) Operacionais	(1.096.494,54)	(2.201.666,53)	Outras Receitas/Despesas (Ingressos/Dispendios) Operacionais	(1.096.494,54)	(2.201.666,53)				
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	1.492.311,86	3.076.601,74	Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	1.492.311,86	3.076.601,70				

...continuação																			
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORDESTE MINEIRO LTDA - SICOOB CREDICENM - CNPJ 02.173.447/0001-98 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017																			
c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:																			
Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total															
Adiantamento a depositante	96.750,33	-	-	96.750,33															
Empréstimos	7.997.825,82	10.813.582,50	22.987.552,76	41.798.961,08															
Financiamentos	104.673,20	276.762,27	589.903,92	971.339,39															
Título Descontado	3.355.859,07	349.323,13	-	3.705.182,20															
Financiamentos Rurais	320.064,46	586.388,45	2.746.582,31	3.653.035,22															
Total	11.875.172,88	12.026.056,35	26.324.038,99	50.225.268,22															
d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:																			
Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira													
Sector Privado - Comércio	860.245,04	8.426.178,43	1.133.055,69	-	10.419.479,16	21%													
Sector Privado - Indústria	28.463,23	-	-	-	42.353,70	0%													
Sector Privado - Serviços	1.115.139,30	13.774.006,60	1.016.754,12	-	15.905.900,02	32%													
Pessoa Física	1.682.246,43	16.611.167,53	15.118.220,97	3.414.320,25	23.225.955,18	46%													
Outros	7.921,84	347.791,93	37.151,42	238.714,97	631.580,16	1%													
Total	3.694.015,84	39.173.034,96	3.705.182,20	3.653.035,22	50.225.268,22	100%													
e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:																			
Descrição	2018	2017																	
Saldo Inicial	1.441.722,32	779.721,49																	
Constituições/Reversões	744.305,63	1.211.528,06																	
Transferência para prejuízo	(980.106,92)	(549.527,23)																	
Total	1.205.921,03	1.441.722,32																	
O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil - BCB.																			
f) Concentração dos Principais Devedores:																			
Descrição	% Carteira	31/12/2018	Total	% Carteira	31/12/2017	Total													
Maior Devedor	1.401.043,28	3,00%	1.451.107,01	4,00%	-	-													
10 Maiores Devedores	7.052.434,70	14,00%	5.292.368,84	13,00%	-	-													
50 Maiores Devedores	16.854.847,63	33,00%	12.024.585,05	30,00%	-	-													
g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:																			
Descrição	2018	2017																	
Saldo inicial	2.162.420,43	1.643.355,44																	
Valor das operações transferidas no período	980.106,92	616.141,94																	
Valor das operações recuperadas no período	(407.537,15)	(97.076,95)																	
Valor dos desc. concedidos nas oper. recuperadas	(2.514,53)	-																	
Total	2.732.475,67	2.162.420,43																	
h) Operações renegociadas: Durante o exercício de 2018, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante Total de R\$ 4.061.031,26, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou Total de operações anteriores. 6. Outros créditos: Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:																			
Modalidade	2018	2017																	
Avais e Fianças honrados	145.133,32	102.856,16																	
Rendas a Receber(a)	455.132,52	436.554,17																	
Diversos (b)	219.397,06	170.164,46																	
(-) Provisões para Outros Créditos (c)	(105.767,78)	(70.961,74)																	
Total	704.895,12	638.613,05																	
a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB Central CECREMGE R\$334.671,31; rendas a receber da previdência social - INSS R\$2.405,73; convênios R\$47.942,87; cartões R\$65.888,84; outras rendas a receber R\$4.223,77. b) Refere-se ao adiantamento de férias R\$37.860,00; adiantamento de salários R\$96,80, adiantamento para despesas fixa R\$50,89; outros impostos e contribuições a compensar R\$2.718,75; título de crédito a receber R\$142.729,32; devedores diversos R\$26.941,30. (c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999. 7. Outros valores e bens:																			
Descrição	2018	2017																	
Bens Não de Uso Próprio	265.473,06	179.050,82																	
Despesas Antecipadas	212.045,06	57.994,62																	
Total	477.518,12	237.045,44																	
(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como doação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. (b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros. 8. Investimentos: O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB Central CECREMGE e ações do BANCOOB.																			
Descrição	2018	2017																	
Particip. em cooperativa central de crédito	1.434.261,19	1.288.771,80																	
Particip. inst. finance. controlada coop crédito	156.916,12	148.781,30																	
Total	1.600.177,31	1.437.553,10																	
9. Imobilizado de uso: Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:																			
Instituições	Taxa																		
Recursos do Bancoob	De 4,50% a.a. à 7,50% a. a																		
(-) Despesa a apropriar Bancoob	-																		
Total	-																		
13. Outras Obrigações:																			
Descrição	2018	2017																	
Coabrância e Arrecad. de Trib. e Assemelhados	44.905,75	56.744,41																	
Sociais e Estatutárias	541.164,43	338.922,28																	
Fiscais e Previdenciárias	326.567,35	347.526,84																	
Diversas	1.449.343,61	2.064.779,99																	
Total	2.361.981,14	2.807.973,52																	
13.1 Sociais e Estatutárias:																			
Descrição	2018	2017																	
Resultado de Atos com Associados (a)	435.140,02	181.719,46																	
Resultado de Atos com Não Associados	10.407,57	104.470,50																	
Cotas de Capital a Pagar (b)	95.616,84	52.732,32																	
Total	541.164,43	338.922,28																	
(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Cartá Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. (b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados. 13.2 Fiscais e Previdenciárias: As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:																			
Descrição	2018	2017																	
Provisão para impostos e contribuições/lucros	71.684,01	154.212,36																	
Impostos e contribuições a recolher	254.887,34	193.314,48																	
Total	326.567,35	347.526,84																	
13.3 Diversas:																			
Descrição	2018	2017																	
Cheques Administrativos	-	1.006.845,01																	
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	32.908,24	1.628,07																	
Obrig. p/Prestação de Serviços de Pagamento	78.343,27	78.910,26																	
Provisão para Pagamentos a Efetuar	946.017,12	761.125,99																	
Prov.p/Garantias Financeiras Prestadas (a)	71.036,36	38.445,80																	
Credores Diversos - Pais	321.038,62	177.824,86																	
Total	1.449.343,61	2.064.779,99																	
(a) Refere-se à contabilização, a partir de 30/09/2015, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o Total das cobrogações concedidas																			

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Nordeste Mineiro Ltda. - SICOOB CREDICENM, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e o Balanço Patrimonial da Cooperativa, relativos ao exercício findo de 31 de dezembro de 2018,

em conjunto com as Demonstrações do Resultado do Exercício, dos Fluxos de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Contábeis. A Vista das verificações realizadas mensalmente nos balancetes da Cooperativa e das análises sobre os critérios adotados, bem como baseado no parecer dos Auditores Externos,

Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis
e o relatório do auditor: A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista

16. Resultado de atos não cooperativos: O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita de prestação de serviços	2.211.201,61	1.774.927,27
Desp. específicas de atos não cooperativos	(301.297,33)	(283.205,35)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.135.500,96)	(891.374,51)
Resultado operacional	774.403,32	600.347,41
Receitas (despesas) não operac., liq.	2.896,49	18.444,85
Lucro antes do IR e da CS	777.299,81	618.792,26
Imposto de Renda e CSLL	(302.220,99)	(235.892,75)
Dedução Resoluções Sicoob	-	-
Confederação 129/16 e 145/16	(466.335,42)	(278.435,62)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	8.743,40	104.463,89

17. Outros ingressos/rendas operacionais:	2018	2017
Descrição		
Recuperação de Encargos e Despesas	70.909,50	115.310,03
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	838,06	12.493,05
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	84.367,02	49.786,04
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	127.150,58	76.920,94
Outras	-	49.264,17
Dividendos	17.135,80	-
Distribuição de Sobras da Central	145.489,39	-
Outras Rendas Operacionais	67.320,13	176.119,10
Total	513.210,48	479.893,33

17.1 Ingressos da Intermediação Financeira:		
Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	234.214,86	255.774,21
Rendas de Empréstimos	9.431.342,12	8.592.088,63
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.105.161,30	1.474.150,66
Rendas de Financiamentos	112.684,91	80.285,17
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	20.422,68
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	117.216,99	46.275,54
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados a Vista (obrigatórios)	11.302,69	4.225,91
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	19.136,28	2.549,28
Rendas Financ. Rurais - Aplic. Repassadas e Refinanc.	-	7.627,64
Recuperação de cré. baixados como prejuízo	407.537,15	97.076,95
Total	11.438.596,30	10.580.476,67

TORO CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. CNPJ: 29.162.769/0001-98

Relatório da Administração

Aos Quotistas da
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Belo Horizonte - MG

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Em 10 de janeiro de 2018, o Banco Central do Brasil autorizou o funcionamento da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Diário Oficial da União, de 12 de janeiro de 2018). A Comissão de Valores Mobiliários, em 01 de fevereiro de 2018 autorizou a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. a exercer a atividade de custodiante de valores Mobiliários (Diário Oficial da União, de 06 de fevereiro de 2018). A B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em 01 de março de 2018 autorizou a admissão da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como participante de negociação plena sob o número 4090. Em atendimento ao artigo 11 do regulamento anexo I da Resolução nº 4.122 de 02 de agosto de 2012, a administração da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., declara sua aderência ao Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil em 2017. O dia 17 de julho de 2018 foi um marco para a Toro Corretora. Nesse dia o time esteve na B3 para

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2018	2017	
Ativo		29.542	20.412	
Circulante		4	313	
Disponibilidades	4	313	-	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	13.230	-	
Aplicações em mercado aberto		13.230	-	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		14.645	20.412	
Carteira própria	6a	10.135	20.412	
Vinculados à prestação de garantias		4.510	-	
Outros créditos		1.250	-	
Rendas a receber	8	5	-	
Negociação e intermediação de Valores	9	1.219	-	
Impostos e contribuições a compensar	10	8	-	
Créditos tributários	14	1	-	
Diversos	10	17	-	
Outros valores e bens		104	-	
Despesas antecipadas	12	104	-	
Permanente	13	265	-	
Imobilizado de uso		265	-	
Total do ativo		29.807	20.412	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. **Contexto Operacional:** A Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Corretora") é uma sociedade de responsabilidade limitada, constituída em 28 de novembro de 2017, sediada na Avenida Getúlio Vargas 671 12º ao 16º andar, Savassi, em Belo Horizonte – MG. Instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN – Banco Central do Brasil a partir de 10 de janeiro de 2018, tem como objetivo social a intermediação de títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros e que efetua as operações no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. 2. **Apresentação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Corretora são de responsabilidade da Administração e foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos, orientações e interpretações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN, quais sejam: Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01); Resolução CMN nº 3.604/88 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03); Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); Resolução CMN nº 3.989/11 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24); Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10). Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) emitido pelo CPC. Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33); Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02); Resolução nº 4.534/16 - Ativo intangível (CPC 04). Resolução nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27). 3. **Resumos das principais práticas contábeis: a) Apuração do resultado** - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significante de mudança de valor, bem como que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não, para investimentos ou outros propósitos. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - Registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos na demonstração do resultado. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como mantidos "até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado. Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos. A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando a efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **e) Empréstimos de ações e posição vendida em ações:** Empréstimo de ações (posição tomadora) e posição vendida em ações são realizadas em bolsa de valores e mercadorias (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) e são valorizados aos preços médios de venda dos respectivos ativos praticados no mercado, com base nos dados divulgados pelas diversas associações de classe e bolsas de valores, mercadorias e futuros, acrescidas, quando aplicável, de comissões, custos e encargos financeiros incorridos até a data do balanço. Os juros decorrentes do aluguél de ações são reconhecidos em conta específica no resultado. **f) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber):** Representadas por operações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas e as despesas de prestação de serviços e reconhecidas por ocasião da realização das operações. Este grupo contábil encontra-se subdividido das seguintes rubricas: • Caixa de registro e liquidação – representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes; • Devedores/Credores conta liquidação pendente – representado pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço; • Depósito de clientes por conta de operações de bolsa e investimentos - Representados por depósitos de clientes por conta de operações de bolsa e investimentos a realizar junto a Corretora. Estão apresentados pelo valor do efetivo depósito, deduzidos dos pagamentos já efetuados de bolsa e investimentos, não sofrendo correção. **g) Despesas antecipadas:** Referem-se a valores pagos cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e apropriadas ao resultado de acordo com o princípio da competência. **h) Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa de 10% a.a. para móveis e equipamentos, sistemas de comunicação e sistemas de processamento de dados, conforme IN SRF nº 1.700/17. **i) Outras obrigações:** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. **j) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso. • Provisões para riscos - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. • Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a obrigações contratuais em que estão

celebrar e colocar no ar a versão beta da plataforma da Corretora, após quase 2 anos de trabalhos. E no dia 11 de setembro liberamos a plataforma completa para transações, oferecendo aos clientes opções de investimento em renda fixa e renda variável. Nos primeiros 4 meses de operação, foram abertas mais de 55 mil contas de investimento, o que mostra o potencial exponencial de crescimento do nosso serviço. O resultado financeiro negativo em 2018 é natural à nossa escolha de fazermos um forte investimento em tecnologia e marketing. Além de termos montado toda a estrutura inicial da Corretora desde o início do ano e lançado somente nos últimos 4 meses do período, ocasionando poucos meses de faturamento. Estamos apenas no início de nossa jornada com a missão de entregar a melhor experiência de investimentos do mundo para todos. Estamos sendo protagonistas na transformação digital e simplificação do mercado financeiro em que o país e o mundo estão passando. Neste ano fomos listados como uma das 250 Fintechs mais promissoras de mundo pela CB Insights. Continuaremos em 2019 investindo fortemente em aquisição de clientes e tecnologia para melhoria da experiência do usuário e performance da plataforma. Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2019. A Diretoria. **Márcio Placedino Bicalho Martins** - Diretor; **Guilherme Alves Camargos** - Diretor; **Hélio Mayorca Filho** - Contador - CRC SC 021798/O-3-S-MG.

	Nota	2018	2017	
Passivo		17.073	517	
Circulante		17.073	517	
Outras obrigações		17.073	517	
Fiscais e previdenciárias	11	601	18	
Negociação e intermediação de valores	9	13.925	-	
Diversas	10	2.547	499	
Patrimônio líquido	15	12.734	19.895	
Capital social		27.018	20.000	
De domiciliados no país		27.018	20.000	
Ajustes de avaliação patrimonial		(1)	-	
Prejuízos acumulados		(14.283)	(105)	
Total do passivo		29.807	20.412	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente. **k) Imposto de renda e contribuição social:** Na apuração do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, foram aplicadas as regras do regime de tributação com base no lucro real. O imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% previsto na legislação. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. Na apuração do lucro tributável são consideradas as adições e exclusões previstas na legislação tributária. Os impostos diferidos foram constituídos, sobre as diferenças temporárias, com base na alíquota para o imposto de renda de 25% e ajustados para a contribuição social de 20%. **l) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências e a valorização de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Corretora revisa as estimativas e premissas periodicamente.

	2018	2017
Disponibilidades (caixa)	313	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	13.230	-
Total	13.543	-
5. Aplicações interfinanceiras de liquidez		
a) Aplicações no Mercado aberto		
	2018	2017
Posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	4.231	-
Notas do Tesouro Nacional	8.999	-
Total	13.230	-

	2º Semestre	Exercício
	2018	2018
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	46	46
Letras do Tesouro Nacional	36	36
Notas do Tesouro Nacional	103	103
Total	185	185

As aplicações interfinanceiras no mercado aberto, em 31 de dezembro de 2018, possuem vencimento no primeiro dia útil do mês subsequente.

	2018	2017
Títulos de renda fixa	10.135	20.412
Letras financeiras do tesouro	10.135	20.412
Vinculados à prestação de garantias	4.510	-
Letras financeiras do tesouro	316	-
Fundos de investimento multimercado	4.194	-
Total títulos e valores mobiliários	14.645	20.412

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "para negociação" com vencimento superior a 12 meses são classificados no ativo circulante, conforme determinado na Circular BACEN nº 3.068/01. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores ou modelos de precificações. Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, estão custodiados na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, Balcão Organizado de Ativos e Derivativos - Cetip, Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC ou B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão S.A.

	2º Semestre	Exercício
	2018	2018
Títulos de renda fixa	991	1.531
Títulos de renda variável	1	1
Fundos de investimentos	128	195
Total	1.120	1.727

7. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os contratos derivativos têm seus valores base registrados em contas de compensação e os ganhos e as perdas registrados em contas patrimoniais em contrapartida a contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, é apurado de acordo com os seguintes critérios: • **Futuros** - com base nos ajustes apropriados/pagos diariamente. Em 31 de dezembro de 2018, a Corretora não possui posição patrimonial em derivativos no ativo e no passivo. **Rendas em operações com derivativos**

	2018	2017
Futuro	8	-
Total	8	-
8. Rendas a receber		
Comissões e corretagens a receber		
	2018	2017
Comissões sobre distribuição de títulos (a)	5	-
Total	5	-

(a) Referem-se a valores a receber de comissões referente a prestação de serviço de distribuição de títulos.

	2018	2017
	Ativo	Passivo
Caixa e registro de liquidação	568	-
Devedores/credores por liquidação pendente – conta corrente cliente	651	13.925
Total	1.219	13.925

	2018	2017
10. Diversos e impostos a compensar		
Ativo	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	17	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	-
Total	25	-

	2018	2017
Passivo	2018	2017
Despesas de pessoal a pagar	893	-
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.531	378
Fornecedores nacionais	107	38
Outros pagamentos	16	83
Total	2.547	499

	2018	2017
11. Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias		
Ativo	2018	2017
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	103	3
Impostos e contribuições sobre salários	393	-
Impostos sobre retenção de clientes	7	-
PIS e Cofins	63	15
ISS	35	-
Total	601	18

Demonstração de resultados para o semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais, exceto quantidae por quota)

		2º		Exercícios	
		Nota	Semestre	2018	2017
				2018	2017
Receitas da intermediação financeira			1.313	1.920	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5b, 6b		1.305	1.912	-
Resultado de operações com derivativos	7		8	8	-
Resultado bruto da intermediação financeira			1.313	1.920	-
Outras receitas/(despesas) operacionais			(11.985)	(16.101)	(105)
Receitas de prestação de serviços	16		3.087	3.094	-
Despesas de pessoal	18		(5.959)	(9.071)	-
Outras despesas administrativas	21		(9.108)	(10.057)	(419)
Despesas tributárias	19		(136)	(198)	(15)
Outras receitas operacionais	17		358	358	329
Outras despesas operacionais	20		(227)	(227)	-
Resultado operacional			(10.672)	(14.178)	(105)
Prejuízo antes da tributação sobre o lucro e participações			(10.672)	(14.178)	(105)
Imposto de renda e contribuição social			(153)	-	-
Ativo fiscal diferido			(153)	-	-
Prejuízo do semestre/exercícios			(10.825)	(14.178)	(105)
Prejuízo por quota			(0,40)	(0,52)	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2018	2017
12. Outros valores e bens		
Despesa antecipada		
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	54	-
Aquisição vale transporte	8	-
Assistência médica e odontológica	14	-
Licenças de uso de softwares	28	-
Total	104	-

	Movéis e equipa-mentos	Sistema de comun-icação	Sistema de processa-mento de dados	Total
13. Permanente: Imobilizado de Uso				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-
Aquisições	114	5	167	286
Depreciação acumulada	(5)	(1)	(15)	(21)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	109	4	152	265

14. **Imposto de renda e contribuição social: a) Crédito tributário:** A Corretora constituiu provisão de crédito tributário de R\$ 1 com base na expectativa de realização das diferenças temporárias de até 1 ano, apresentadas no quadro posterior. **b) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:**

	Saldo em 31/12/2017	Constituição/realização	Saldo em 31/12/2018
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	1	1
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	-	1	1
Circulante	-	1	1
Total	-	1	1

	Imposto de renda e contribuição social	Total dos impostos diferidos
Até 1 ano	1	1
Total	1	1

d) Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
(=) Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(14.178)	(105)
(=) Resultado antes de IRPJ/CSLL apurado pelo lucro real	(14.178)	(105)
(+) Adições temporárias	1	-
(+) Adições permanentes	31	-
(=) Base negativa IRPJ/CSLL	(14.146)	(105)

Em 31 de dezembro de 2018 possui a totalidade de R\$ 14.251 referente a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, a Corretora não constituiu crédito tributário desse montante devido ao não atendimento aos requisitos da Resolução nº 3.059/02, alterada pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN.

15. **Patrimônio líquido: a) Capital social:** O capital social no valor de R\$ 27.018 (R\$ 20.000 em 31 de dezembro de 2017) está representado por 27.017.883 cotas iguais no valor nominal de R\$ 1,00 cada. **b) Aumento de capital:** Em 12 de julho de 2018, foi deliberado na 2ª alteração do contrato social, o aumento de capital da Corretora, mediante a emissão de 7.017.883 novas cotas iguais no valor nominal de R\$ 1,00 cada. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 31 de agosto de 2018.

	2º Semestre	Exercício
	2018	2018
Receita de corretagens em operações em bolsa	3.007	3.014
Receita de comissões de distribuição de títulos	13	13
Receita de comissões de empréstimos de ações	2	2
Receitas de outros serviços (a)	65	65
Total	3.087	3.094

(a) Receita gerada através da cobrança do reajustamento da base de tributos nas operações de bolsa geradas pelos clientes.

	2º Semestre	Exercício
	2018	2018
Reversões de provisões administrativas (a)	340	340
Multas recebidas (b)	18	18
Total	358	358

(a) Referem-se ao estorno de provisão de bônus de 30 de julho de 2018, com base em critérios definidos pelo programa de bônus. (b) Receita gerada através da cobrança de multa de 0,3% ao dia sobre o saldo negativo em conta corrente, decorrente das liquidações financeiras das operações de bolsa geradas pelos clientes.

	2º Semestre	Exercício
	2018	2018
Despesas de honorários	174	354
Despesas de benefícios	595	803
Despesas de encargos trabalhistas	1.332	1.940
Despesas de proventos	3.756	5.849
Despesas de treinamentos	88	107
Despesa de Estagiários	14	20
Total	5.959	9.073

	2º Semestre	Exercício
	2018	2018
Despesas de ISS	4	4
Despesas de COFINS	59	84
Despesas de PIS	10	14
Outras despesas tributárias	63	96
Total	136	195

20. Outras despesas operacionais	2º Semestre	Exercício	
	2018	2018	2017
Erros operacionais (a)	225	225	-
Outras	2	2	-
Total	227	227	-

TORO CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. CNPJ: 29.162.769/0001-98

DIRETORIA

MÁRCIO PLACEDINO BICALHO MARTINS
Diretor
CPF 065.247.366-05

GUILHERME ALVES CAMARGOS
Diretor
CPF 110.289.036-77

HÉLIO MAYORCA FILHO
Contador: CRC SC 021798/O-3-S-MG

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 28 de março de 2019. **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes** CRC 2SP000160/O-5 **Fábio Abreu de Paula** Contador CRC 1MG075204/O-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME/MG, por meio da sua Assessoria de Licitações e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 021/2019**, mediante **Sistema de Registro de Preços**, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE REDES PARA FUTEBOL DE CAMPO E TROFÉUS, conforme especificações do ANEXO I do edital**. A abertura está prevista para o dia **09/04/2019, às 08:30 horas**. Cópias do Edital poderão ser adquiridas até o dia **09/04/2019**, na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de **08:00 às 16:00** hs. ao preço de R\$ 10.000,00 e/ou gratuitamente pelo site www.mateusleme.mg.gov.br. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5829 – 3537-5805. Adm. Sérgio Guimarães Leite – Assessor de Licitações e Contratos. Mateus Leme, 26 de março de 2019.

SEMPER S/A

Serviço Médico Permanente
CNPJ/M.F. 17.312.976/0001-00
NIRE: 31300056066
AVISO
Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da empresa, os documentos referidos no art. 133 da Lei das S/A. Belo Horizonte, 25 de março de 2019. A Diretoria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAI-MG

torna público o P. nº 014/19 Credenciamento nº 01/19. Objeto: Contratação de Médicos. Os documentos serão recebidos a partir do dia 01/04/19 na sala de Licitações. Edital: e-mail: setordelicitacao.ibiai@hotmail.com ou Prefeitura. Ibiai-MG, 27/03/19.

PREFEITURA DE RUBELITA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA DE RUBELITA - MG, torna-se público que estará realizando no dia 09/04/2019 às 09h00min, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 013/2019**, tipo menor preço por item, objetivando o Registro de Preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de material gráfico. Edital na íntegra através do site: <http://www.rubelita.mg.gov.br/241/Transparencia/>. 26/03/2019 – Edileuza Miranda Jardim – Pregoeira.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – COHAB MINAS

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, em nossa sede social, na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Bairro Serra Verde - Edifício Gerais, 14º andar, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2018. Belo Horizonte, 25 de março de 2019. (as) Daniel Perrelli Lanza - Presidente do Conselho de Administração.

Edital – Diuliane Moreira de Aguiar, Oficiala Interina do Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais, etc.
Faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Almeida Tênis Parque Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA, CNPJ 19.314.856/0001-60, foi requerido o Registro do loteamento denominado "Almeida Tênis Parque" situado na zona de expansão urbana deste município de Jaboticatubas, constituído por 114 (cento e quatorze) lotes, em 08 (oito) quadras, sendo a área dos lotes de 51.673,44m², sendo que as quadras 6 (lotes 6 e 7) e 8 (lotes 5 a 16), são destinadas às áreas de interesse social que equivalem a uma área de 5.550,81m², área verde 15.209,59m², com sistema viário constituído por 06 (seis) ruas com 14 m de largura e 01 (uma) avenida com 19m de largura, área institucional 7.594,48m², 01 área de lazer com 4.084,38m², uma praça com 2.614,02m², uma faixa de servidão com 657,22m², área total loteada 110.393,00m², e cujo loteamento foi devidamente aprovado pelo Município em 01/10/2018, com parecer favorável dos demais órgãos. A situação do loteamento é a constante do croqui abaixo. A documentação exigida pela Lei 6.766/79, encontra-se neste cartório à disposição dos interessados. As impugnações deverão ser apresentadas neste cartório até 15(quinze) dias contados da terceira e última publicação deste edital, findo o prazo e não havendo impugnação, será o loteamento registrado como determina a Lei. Dado e passado nesta cidade de Jaboticatubas-MG, aos 22 (vinte e dois) do mês de março. A Oficiala:

Diuliane Moreira de Aguiar

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG

Através de seu Pregoeiro Oficial torna público que fará realizar no dia **11/04/2019 às 09h00min (nove) horas**, licitação na modalidade Pregão Presencial nº 020/2019, Processo Licitatório nº 024/2019, Objetivando a contratação de Pessoa Jurídica para Transporte de cascalho com caminhão basculante para manutenção e conservação das estradas vicinais e ruas nos perímetros urbanos do Município de Juramento/MG. Conforme especificações constantes no edital. Maiores informações pelo tel.:(38) 3236-1118 e-mail: licitacaojuramento@gmail.com. Pregoeiro Oficial: Francisco Gilvan Vieira.

DASA DESTILARIA DE ALCOOL SERRA DOS AIMORÉS S/A COMUNICADO

Dasa Destilaria de Alcool Serra dos Aimorés S/A, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.054.379/0001-88, estabelecida à Margem da BR 418 - KM 03, no município de Serra dos Aimorés, Estado de Minas Gerais, representada por seus diretores, vem comunicar aos acionistas, na forma exigida pelo artigo 133 da Lei 6.404/76, que os documentos descritos neste artigo encontram-se à disposição na sede da companhia.

ASSOCIAÇÃO SERRA DE MINAS CHACARAS RESIDENCIAIS CONVOCA PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

DATA: 27 de ABRIL de 2019
HORARIO: As 08:30h em primeira chamada; 09:00h em segunda chamada
LOCAL: Espinha Gourmet do Cond. Serra de Minas - Jaboticatubas/MG.

Márcio Afonso M. M. Júnior
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

Extrato de Contrato 035/2019 entre as partes Município de Santo Antônio do Amparo/MG e Águas de Santo Antônio do Amparo SPE Eireli. **Concorrência Pública 002/2018**, com o objetivo da CONCESSÃO para exploração dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário. Valor R\$ 29.520.853,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte mil, oitocentos e cinquenta e três reais). Vigência 30 (trinta) anos, após emissão da Ordem de Serviço. S.A. Amparo, 27 de Março de 2019. Evandro Paiva Carrara. Prefeito Municipal. Informações completas com a CPL Município de Santo Antônio do Amparo/MG - Fone (35) 3863-2777, das 13h00min às 16h00min email licitacao@santoantoniodoamparo.mg.gov.br e site www.santoantoniodoamparo.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE REVOGAÇÃO

Processo Administrativo: nº 20/2019
Pregão Presencial
Registro de Preços: nº 18/2019
Objeto: Eventual aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Município de Nova Lima. **O Município de Nova Lima decide através do Prefeito Municipal, revogar o item 32 do processo Licitatório em epígrafe, tendo em vista o interesse público, de acordo com o Art. 49 da Lei 8.666/93.**
Nova Lima, 27 de Março 2019.
Vitor Penido de Barros
Prefeito Municipal

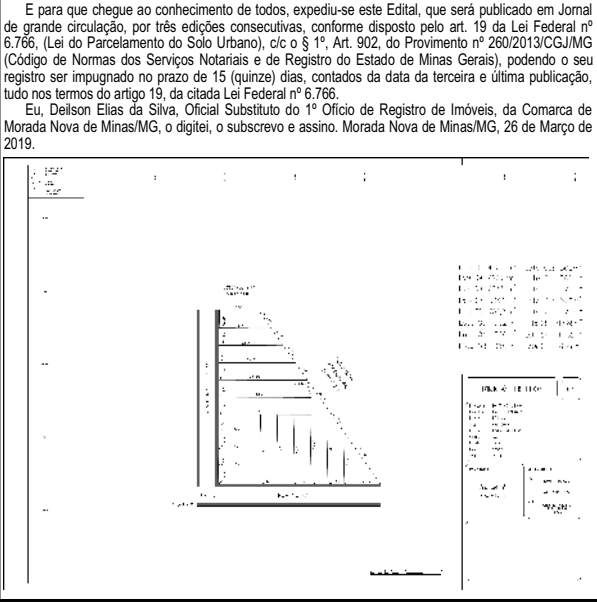
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE REVOGAÇÃO

Processo Administrativo: nº 338/2018
Pregão Presencial: nº 150/2018
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Transporte Escolar, para atender às necessidades da Rede Municipal e Estadual de ensino no Município de Nova Lima. **O Município de Nova Lima decide através do Prefeito, revogar o processo Licitatório em epígrafe, tendo em vista o interesse público, de acordo com o Art. 49 da Lei 8.666/93.**
Nova Lima, 27 março 2019.
Vitor Penido de Barros, Prefeito

EDITAL PARA REGISTRO DE DESMEMBRAMENTO

Deilson Elias da Silva, Oficial Substituto do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Morada Nova de Minas, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, e, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER, a todos quanto o presente Edital virem, ou dele, conhecimento tiver, que **Marcos Ferreira Xavier**, brasileiro, técnico em agropecuária, portador da Carteira de Identidade nº MG-11.122.995 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 005.150.256-90, casado com VANEIDE PEREIRA DA SILVA, brasileira, professora, portadora da Carteira de Identidade nº MG-5.396.543 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 726.746.796-20, residentes e domiciliados à Rua Rio Grande do Sul, nº 797, Centro, no Município de Biquinhas/MG. **DEPOSITOU** nesta Serventia, os documentos necessários, exigidos pelo artigo 18, da Lei Federal nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1.979, para o registro do Parcelamento do Solo Urbano do tipo **"DESMEMBRAMENTO"**, tendo acesso pela Rua Goiás e Rua Olímpio Pereira, no município de Biquinhas/MG, e formando a área total de 8.624,67m², com perímetro de 411,81 m. O terreno a ser loteado está localizado dentro do perímetro urbano do Município de Biquinhas/MG, conforme Lei Municipal 439/98, que dispõe sobre a delimitação da zona urbana do município, e será dividido em 01 (uma) Quadra e 16 (dezesseis) Lotes.
O Loteamento formado pela área de 8.624,67 m², conforme croqui anexo foi devidamente aprovado pela Prefeitura Municipal de Biquinhas/MG, através do Decreto nº 009/2018, datado de 22/01/2018, com as seguintes restrições.
"Art. 1º - Fica homologado, para que produza efeitos legais, o processo de Desmembramento nº 006/19 composto por 16 lotes, na quadra 118 deste loteamento, nas Ruas Goiás e Olímpio Pereira da Silva pleiteado pelo Senhor Marcos Ferreira Xavier, CPF 005.150.256-90."
"Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário."
"Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação."
Todo o processo de Desmembramento encontra-se devidamente arquivado neste 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Morada Nova de Minas/MG, à disposição dos interessados, nos horários de 09h às 12h e 13h às 17h, respectivamente, sito à Rua João Dayrell Pinto Ferreira, nº 300, Centro, nesta Cidade.
E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este Edital, que será publicado em Jornal de grande circulação, por três edições consecutivas, conforme disposto pelo art. 19 da Lei Federal nº 6.766, (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), c/c o § 1º, Art. 902, do Provimento nº 260/2013/CGJ/MG (Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Minas Gerais), podendo o seu registro ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da terceira e última publicação, tudo nos termos do artigo 19, da citada Lei Federal nº 6.766.
Eu, Deilson Elias da Silva, Oficial Substituto do 1º Ofício de Registro de Imóveis, da Comarca de Morada Nova de Minas/MG, o digitei, o subscrevo e assino. Morada Nova de Minas/MG, 26 de Março de 2019.



bradesco

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E "ON-LINE" DE APARTAMENTO - UBÁ/MG

Local dos leilões: Auditório Freitas - Praça da Liberdade, 130 - 16º andar - Liberdade - São Paulo/SP



Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infraditados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: **UBÁ-MG**, Bairro Paulino Fernandes IV, Rua Coqueiral (antiga Rua G), 320. Ed. Gilmar dos Santos. **Ap. 301** (pav. 3º e cobertura), c/ uma vaga de garagem. Área constr. 114,23m². Matr. 44.410 do RI local. Obs.: Constatam Ações de Procedimento Comum, processo nº 5001182-09.2018.8.13.0699, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Ubá-MG e processo nº 5001784-97.2018.8.13.0699, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Ubá-MG. O Vendedor responde pelo resultado das ações, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas "Condições de Venda dos Imóveis" constantes do edital. Atual denominação do logradouro pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF). **1º Leilão: 11/04/2019, às 10h30. Lance mínimo: R\$ 405.594,54. 2º Leilão: 22/04/2019, às 10h30. Lance mínimo: R\$ 321.569,55** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.BANCO.BRADESCO/LEILÕES e www.FRETASLEILOIRO.com.br

BIASI

EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE

1º Leilão: dia 05/Abril/19 às 11h00 **2º Leilão: dia 12/Abril/19 às 11h00**
EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI** – preposto em exercício), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.776/0001-01, com sede em Poá/SP, na Av. Antonio Massa, nº 361, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças de nº 00078/252-04, no qual figuram como Fidejantes **JANAÍNA MARTINS GIUDICE**, brasileira, garçonete, CI MG12431293 – PC/MG, CPF 062.104.636-14, e seu marido **JOÃO RICARDO MENEZES GIUDICE**, brasileiro, encarregado operacional, CI M5659659 – SSP/MG, CPF 001.214.306-50, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na cidade de Belo Horizonte/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO de modo Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **05 de abril de 2019, às 11:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 151.862,60 (Cento e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **Imóvel objeto da Matrícula nº 14.357 do Serviço Registral de Imóveis de Santa Luzia/MG: Lote nº 56, da quadra "M", do bairro "SÍTIOS DE RECREIO BONANZA", em Santa Luzia/MG, com área de 2.331,00 m², mais ou menos, situado à Rua Rio Grande do Norte, nº 149, com os seguintes limites e confrontações: Frente para a Rua Rio Grande do Norte a uma distância de 32,00m; Lado Direito confrontando com o lote 55, a uma distância de 76,00m; Fundos para o lote 52 a uma distância de 41,00m; e Lado Esquerdo confrontando com o lote 57 a uma distância de 100,00m; perfazendo um perímetro de 249,00m com área igual a 2.331,00 m². No terreno foi construída UMA CASA com 66,36 m² de área construída. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **12 de abril de 2019**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 171.378,71 (Cento e setenta e um mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e um centavos)**. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. Os(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo os(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro www.biasileiloes.com.br, o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições ali estabelecidos. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.**

Mais informações: (11) 4083-2575 / www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA

Aviso de Licitação: Proc. 020/2019. Pregão Presencial: 012/2019. Registro de preços 006/2019. Obj: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa jurídica para a aquisição de peças e acessórios para veículos, maquinários e equipamentos, genuínos da marca ou originais de fábrica com maior desconto na tabela da montadora em atendimento a Frota de veículos do Departamento de Transportes do Município de Ressaquinha. Credenciamento: Das 13 às 13h15min em 11/04/2019. Abertura: 13h15min em 11/04/2019. Info. das 12 às 17h pelo email: licitacao@ressaquinha.mg.gov.br e tel. (32)3341-1259

Aviso de Licitação: Proc. 021/2019. Pregão Presencial: 013/2019. Registro de preços 007/2019. Obj: Registro de preços para aquisição futura e eventual de medicamentos éticos, genéricos e similares com base no maior desconto percentual constantes na tabela de preços de medicamentos – preço fábrica (pf) e preço máximo de venda ao governo, emitida pela câmara de regulação do mercado de medicamentos – cmed/secretaria executiva/agência nacional de vigilância sanitária – anvisa.Credenciamento: Das 09 às 09h15min em 11/04/2019. Abertura: 09h15min em 11/04/2019. Info. das 12 às 17h pelo email: licitacao@ressaquinha.mg.gov.br e tel. (32)3341-1259

União - Administração, Participações e Investimentos S/A
CNPJ sob o nº 21.669.288/0001-61

Termo de Renúncia ao Cargo de Membro do Conselho de Administração
Pelo presente instrumento, **Cristina Guimarães de Castro Wanderley**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF sob o nº. 016.769.076-02, portadora da carteira de identidade nº MG 11.197.636, residente e domiciliada na Rua Santa Catarina, nº 1227, apto 702, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP: 30170-081, **vem manifestar sua renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração da União – Administração, Participações e Investimentos S/A**, sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 21.669.288/0001-61 e registrada na JUCEMG sob o NIRE nº 31300005151, com sede na Rodovia MG-424, KM 06, São José da Lapa (MG), CEP: 33350-000, São José da Lapa (MG), 20 de fevereiro de 2019. Cristina Guimarães de Castro Wanderley. Termo de renúncia registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o número de registro sob o nº 7214560 em 07/03/2019, protocolo nº 190956534 - 26/02/2019. Autenticação: 51B6C963BAEE-84CF3288B2C6242D17EC5B2AC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/095.653-4 e o código de segurança THn2 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/03/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA – FHOMUV

AVISO DE LICITAÇÃO – Fundação Hospitalar do Município de Varginha – FHOMUV, torna público a abertura do procedimento: **LICITAÇÃO Nº 047/2019** – **PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019** – do tipo “**MENOR PREÇO**”, tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR**, mediante as condições estabelecidas em Edital. **Data da sessão: dia 10/04/2019, às 8h. Retirada do Edital: www.fhomuv.com.br. Informações:** (035) 3690-1008/1009/1010/1011 – edital@fhomuv.com.br.

AVISO DE LICITAÇÃO – Fundação Hospitalar do Município de Varginha – FHOMUV, torna público a abertura do procedimento: **LICITAÇÃO Nº 048/2019** – **PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2019** – do tipo “**MENOR PREÇO**”, tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS, ONCOLÓGICOS E CONTROLADOS**, mediante as condições estabelecidas em Edital. **Data da sessão: dia 11/04/2019, às 8h. Retirada do Edital: www.fhomuv.com.br. Informações:** (035) 3690-1008/1009/1010/1011 – edital@fhomuv.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO

O município de Itabira torna público que fará realizar **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PMI/SMAS/UMAP/DICOM Nº 005/2019, PROCESSO 005/2019**, cujo objeto consiste no Registro de preços, por item, para eventual aquisição de arla 32, graxa, desengraxante, lâmina para motoniveladora, baterias, pneus e óleos automotivos, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Itabira/MG, conforme quantidades e especificações constantes no anexo I - Termo de Referência do Edital, com vigência de 12 (doze) meses. A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia 09/04/2019 às 12 horas e o início da disputa do pregão dar-se-á no dia 09/04/2019 às 13:00 horas. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.licitacoes-e.com.br a partir do dia 28/03/2019 e na Diretoria de Compras, 2º andar da Prefeitura, na Avenida Carlos de Paula Andrade nº 135 – Centro – Itabira/MG – Telefone (31) 3839-2200 – 3839-2118, de 2ª a 6ª feira, no horário de 12 às 18 horas.

Itabira, 27 de março de 2019.
Maria Regina Silva Oliveira Camilo
Secretária Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO
Av. Acesita, nº 3230, Bairro São José, Timóteo/MG
CEP: 35182-132 - Telefax: (31) 3847-4718 / 3847-4701

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2018 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2018 - O Município de Timóteo torna público o resultado do Pregão Presencial Nº. 102/2018, Ata de Registro de Preços 045/2018, Processo Administrativo nº 650/2018, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de medicamentos para atendimento às farmácias municipais, ao Centro de Saúde “João Otávio”, Atenção Básica, Saúde Mental, Saúde Bucal e para cumprimento de ordens judiciais, no Município de Timóteo/MG. **Empresas vencedoras: Bioshop Produtos Hospitalares S.A, no valor total de R\$53.862,00 (cinquenta e três mil, oitocentos e sessenta e dois reais); Nutriminas Comércio de Nutrições Dietéticas e Materiais Hospitalares Ltda – EPP, no valor total de R\$123.752,80 (cento e vinte e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos); I Pharma Hospitalar Ltda – ME, no valor total de R\$37.579,08 (trinta e sete mil, quinhentos e setenta e nove reais e oito centavos); Flávia Genelhu Penna – ME, no valor total de R\$44.290,10 (quarenta e quatro mil, duzentos e noventa reais e dez centavos); e TS Farma Distribuidora Eireli – EPP, no valor total de R\$136.774,13 (cento e trinta e seis mil, setecentos e setenta e quatro reais e treze centavos).** Timóteo, 26 de março de 2019. **Claudiléa Pedroso de Oliveira Thomaz - Pregoeira.**

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, RELIGIOSAS E FILANTRÓPICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINTIBREF-MG. EDITAL DE COMUNICAÇÃO DO RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA

Pelo presente edital, o SINTIBREF-MG – Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantropias do Estado de Minas Gerais (Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 10/11/98), inscrito no CNPJ: 02.131.247/0001-72 e Código Sindical: 020.789.89841-0, comunica aos Senhores Empregadores das Instituições Benéficas, Religiosas e Filantropias (Associações, Congregações, Irmandades, Creches; Institutos: Fundações; Igrejas de todos os credos; Centros de recuperação; Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's; Institutos de Longa Permanência; Asilos; Casas lares; outras instituições que trabalham com Crianças, Adolescentes, Jovens, Adultos e/ou Idosos como Beneficiários da Assistência Social; Organizações – Não Governamentais; Organizações Sociais – OS e Instituições Sem Fins Lucrativos), em todo o Estado de Minas Gerais, conforme determina os Artigos 578 ao 591 da CLT(Consolidação das Leis Trabalhistas) o desconto da Contribuição Sindical Urbana de cada um de seus empregados deve ser efetuado até o dia 31 de Março de 2019 (art. 580, inciso I e art. 582 da CLT) e fazer o recolhimento em nome de SINTIBREF-MG – Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas Religiosas e Filantropias do Estado de Minas Gerais, preferencialmente em Casas Lotéricas ou nas agências da Caixa Econômica Federal até o dia 30 de Abril de 2019, impreterivelmente. O comprovante de pagamento com autenticação bancária legível, acompanhado da relação nominal e seus respectivos salários, deve ser enviado ao SINTIBREF-MG no prazo de até 30(trinta) dias após o desconto. Por este edital, ficam desde já, todos os Empregadores notificados de que nos termos do artigo 578 da CLT e da cláusula oitava do Termo Aditivo da Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2019, com registro no MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO sob o número MG000550/2019, são obrigados a descontarem em folha de pagamento dos seus empregados as contribuições sindicais relativas ao mês de março de cada ano e repassá-la no mês de abril ao SINTIBREF-MG, desde que haja a autorização expressa pelo empregado que deseja contribuir, conforme estabelecido pelo artigo 579 da CLT, e entregue ao Departamento de Pessoal ou Recurso Humanos das Instituições Empregadoras, para que seja realizado o desconto na folha de pagamento do mês subsequente. Ficam as Instituições advertidas que, em caso de não recolhimento da Contribuição Sindical Urbana de seus empregados até a data supra, ficará sujeita a penalidade do Art. 598 e 600 da CLT e o SINTIBREF-MG promoverá nos termos do Art. 606 da CLT, a competente Ação Judicial de Cobrança, mediante Ação Executiva, valendo como título de dívida a Certidão expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. As Instituições Empregadoras devem solicitar as respectivas guias de recolhimento do Imposto Sindical dos empregados que autorizaram prévia e expressamente o referido desconto, desde que solicitado ao SINTIBREF/MG, situado a Rua Rodrigues Caldas, 703 | Bairro Santo Agostinho | CEP 30190-120 | Belo Horizonte | MG | Tele / Fax: (31) 3423-8686 / 3586-6553 ou através do e-mail: arrecadacao@sintibref-minas.org.br.
Belo Horizonte, 26 de março de 2019.
Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho – Diretor Presidente do SINTIBREF-MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG.

Extrato do Adendo 01 ao edital da Tomada de Preços nº 02/2019, que tem por objeto a contratação de empresa para execução de obra, incluindo fornecimento de materiais para construção do Centro de Informações Turísticas, com área total de 31,50m². Torna público aos interessados que houve alteração no edital. Nova data de Abertura: 16/04/2019 - 10h00min. Edital Retificado, Anexos e Adendo 01 no Site: www.boaesperanca.mg.gov.br/licitacoes. Informações: (35) 3851-0314.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELÓPOLIS
Extrato de Contrato

Processo Licitatório nº 29/2019 Pregão Presencial nº 27/2019. Objeto: Aquisição de 01 retroescavadeira, via Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Contrato de Repasse nº 850478/2017/MAPA/CAIXA. Processo nº 2691.1044107-56/2017. CONTRATADA: INOVA MÁQUINAS LTDA - Contrato nº 63/2019. Valor: R\$ 180.000,00. Vigência: 27/03/2019 a 30/06/2019.
Marmelópolis, 27 de março de 2019. Camilo Alberto Ribeiro da Silva. Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 51/2019 Pregão Presencial nº 34/2019. Objeto: Aquisição de 01 ambulância 0 km, conforme Termo de Compromisso Nº 3140401712191441151/ Ministério da Saúde. Data: 15/04/2019 às 14:00.
Marmelópolis, 27 de março de 2019. Denise Aparecida Bezerra. Pregoeira.

ITALY LINE FERRAGENS LTDA. – CNPJ 17.032.189/0001-42 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Nos termos do art. 1.072, do Código Civil, convoco os senhores sócios para a Reunião de Sócios, a realizar-se na Rua José Alves da Silva, n. 80, bairro caíçara, Belo Horizonte/MG, CEP 30.775-390, no dia 05/04/2019, às 09:00h, em segunda convocação, com qualquer quórum, para o fim de deliberarem sobre a seguinte pauta: (i) reconhecimento, análise e metodologia de pagamento dos débitos fiscais; (ii) Distribuição de lucros; (iii) Reconstrução da nova sede da Sociedade; (iv) a forma de deliberação das decisões operacionais, comerciais e financeiras atinentes ao cotidiano da Sociedade que devem ser seguidas pelos administradores; (Belo Horizonte/MG, 28 de março de 2019). Marcus Vinicius Pereira Diniz (Administrador e sócio majoritário da Italy Line Ferragens Ltda.)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAI PEDRO-MG-Torna Público o aviso de licitação, referente ao PROCESSO Nº 019/2019-PREGÃO Nº 006/2019,

locação de veículo do tipo pick-up, d20 ou utilitário, equipado com som (mini-trio), para prestação de serviços de sonorização em propaganda volante e fixo, valor/hora, para divulgação de eventos diversos a serem realizados pela administração na área urbana e rural desta municipalidade-Credenciamento: 09/04/2019 às 08h30minh, Abertura 09/04/2019 às 08h45minh. Interessados manter contato (38) 38318102 ou diretamente na sede do município. Pai Pedro-MG-27/03/2019-Walysson A. dos Santos-Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME/MG, por meio da sua Assessoria de Licitações e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 022/2019**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, FLUIDOS, GRAXAS, SHAMPOOS, DESENGRAXANTES E DESINCrustANTES PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, mediante Sistema de Registro de Preços**, conforme especificações do edital. A abertura está prevista para o dia **10/04/2019**, às 08:30 horas. Cópias do Edital poderão ser adquiridas até o dia **10/04/2019**, na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de **08:00 às 16:00** hs, ao preço de R\$ 10,00 ou gratuitamente pelo site oficial da Prefeitura: www.mateusleme.mg.gov.br. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5829 – 3537.5805. Adm. Sérgio Guimarães Leite – Assessor de Licitações e Contratos. Mateus Leme, 27 de março de 2019.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA torna público o interesse em aderir a Ata de Registro de Preço nº 05/2018 relativo ao Pregão Eletrônico para registro de preços nº 010/2017- Processo nº 23034.013682/2018-66 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação nº 5/2018. Objeto: Aquisição de mobiliários escolares constituídos de conjunto aluno, mesa acessível e conjunto professor. Valor Total: R\$ 104.807,00. A intenção na integra encontra-se disponível no site www.lagoasanta.mg.gov.br. Em: 27/03/2019. Nila Alves de Rezende / Secretária M. de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS/MG
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL
LEILÃO Nº 001/2019

A Prefeitura Municipal de Delfinópolis, torna público que no dia 16 de Abril de 2019 de 08h30min às 09h, no Pátio I, na Secretaria Municipal de Viação e Transporte, localizado na Rua José Abrahão Pedro, nº 330 - Centro, serão recebidos os credenciamentos, propostas e documentação relativos ao Processo Administrativo 035/2019 - modalidade: Leilão nº 001/2019, tipo “MAIOR LANCE GLOBAL OFERTADO POR QUILOGRAMA”, que tem como objeto a: “ALIEENAO DE LOTES RECICLÁVEIS RESULTANTES DA TRIAGEM DE LIXO REALIZADA PELA USINA DE RECICLAGEM E COMPOSTAGEM INSERIVÉIS PARA ESTA ADMINISTRAÇÃO” com inicio da sessão às 09h, o edital poderá ser obtido pelo seguinte endereço: <http://transparenciamg.com.br/delfinopolis>. Delfinópolis/MG, 27 de Março de 2019. Suely Alves Ferreira Lemos - Prefeita.

2º VC DE JOÃO PINHEIRO/MG-EDITAL DE LEILÃO/INTIMAÇÃO

P/ presente, faz saber, que serão leiloados, os bens, c/ segue: **1º Leilão, 09/04/19**, a partir das 13:30h, p/ preço igual/sup. da avaliação; **2º Leilão, 09/04/19**, a partir das 14:30h, a quem mais der, exceto vil (60% da avaliação). **Local: Fórum, R. Astolfo Moreira, 286, Centro e simultân. p/ site www.leiloesjudiciaismgnorte.com.br. Proc.: 0197229-36.2005.8.13.0363** de Banco do Brasil S/A contra Dilson Freitas da Silveira e Maria Freitas da Silveira. Bens: 01) Parte ideal corresp. a 5ha de um Quinhão de terras que divide c/ o Sr. João de Freitas, s/ bens., na Antiga Faz. Alegre, lugar denom. Salbão, c/ total de 34,86,06ha, CRI local nº 8.712, Parte Ideal R\$ 50.000,00; 02) Imóvel rural, c/ bens., constituídos de cercas, aramados e pastagens, na Faz. Nova Esperança, c/ 10ha de terras de cultura, CRI local nº 21.548, R\$ 1.000.000,00. Total R\$ 1.050.000,00. Ônus: 01 e 02) Hipoteca ao Banco do Brasil S/A. Avaliação será atualiz. até a alienação. Leiloeiro: José Antônio Rodovalho Jr. Comissão: 5% da arrematação. Se não houver expediente forense na data design., o leilão realizar-se-á no dia útil subseq. Quem pretender arrematar, deverá comparecer local/dia/h mencionados ou ofertar lances p/ site supra, cadastrando-se até 24h do leilão. Admitir-se-á parcelam., c/ 25% à vista e o restante em até 30x mensais/sucess., c/ min. de R\$ 1.000,00/d. acresc. de índice de correção monetária, garantindo p/ hipoteca judicial sobre o próprio bem. Atraso de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% sobre a soma da parcela inadimplida c/ as vencidas. Lances à vista terão pref., bastando igualar-se ao último ofertado. O interess. em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar até o início da 1ª etapa, proposta p/ valor não inf. ao da avaliação; até o início da 2ª etapa, não sendo inf. a 60% da avaliação atualiz. ou 80% da avaliação atualiz., caso se trate de imóvel de incapaz. Ficam intimados o executado/demaís interess., das datas acima, se não intimados pessoalm., e de que, antes da arrematação/adjudic., poderão remir a execução. Prazo de apres. medidas proc. será de 10 dias após a arrematação. P/ que chegue ao conhec. de todos e não aleguem ignorância, expediu-se o presente, public./afix. na forma da Lei. Em, 25/03/19.

Rodrigo Martins Faria-Juiz de Direito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação, Confeitarias, Massas Alimentícias, Biscoitos, Produtos de Cacau, Bala, Doces, Conservas Alimentícias, Carnes e Derivados, Milho, Trigo, Soja, Mandioca, Torrefação e Moagem de Café, Café Solúvel e Rações Balanceadas de Belo Horizonte e Região/MG
EDITAL DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCÍCIO 2019

Pelo presente Edital nos termos do artigo 605 da CLT, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação, Confeitarias, Massas Alimentícias, Biscoitos, Produtos de Cacau, Bala, Doces, Conservas Alimentícias, Carnes e Derivados, Milho, Trigo, Soja, Mandioca, Torrefação e Moagem de Café, Café Solúvel e Rações Balanceadas de Belo Horizonte e Região/MG, CNPJ: 17.432.188/0001-40, Código Sindical: 016.088.070993, com Sede na Rua Curitiba, nº 689, 13º andar, Centro, BH/MG científica as Empresas dos setores das indústrias de Panificação, Confeitarias, Massas Alimentícias, Biscoitos, Produtos de Cacau, Bala, Doces, Conservas Alimentícias, Milho, Trigo, Soja, Mandioca, Torrefação e Moagem de Café, Café Solúvel e Rações Balanceadas de Belo Horizonte, Esmeraldas, Juatuba, Florestal, Mateus Leme, Mariana, Ouro Preto, Itabirito, Moeda, Congonhas, Ouro Branco, Barbacena, Betim, Lagoa Santa, Igarapé, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Matozinhos, Vespasiano, Jaboatcatubas, Sabará, Caeté, Itabira, Nova Lima, Rio Acima, Raposos, Ibitiré, Brumadinho e seus respectivos Distritos e todas as Indústrias de produtos de cacau, balas, doces, conservas alimentícias, milho, trigo, soja, mandioca, torrefação e moagem de café solúvel e rações balanceadas de Contagem/MG, que a Contribuição Sindical referente ao mês de março de 2019, descontada com autorização dos empregados, correspondente a 01 (um) dia de trabalho, deverá ser recolhida em agências da Caixa Econômica Federal (ou bancos conveniados) ou Casas Lotéricas, por meio de guias expedidas pelo sindicato e com vencimento em 30 de abril de 2019. As guias para o recolhimento da contribuição sindical poderão ser solicitadas no endereço da entidade acima mencionado, pelo e-mail: bruno.lopes@sitipjan.com.br ou pelo telefone (31) 3239-2100, no horário comercial. O recolhimento após o vencimento ensejará os acréscimos previstos pelo artigo 600 da CLT e, o não pagamento, a cobrança executiva, nos termos do Artigo 606 da CLT.
Belo Horizonte, 27 de Março de 2019. Fernanda Maria Ferreira Lopes Sampaio - Presidente.

A Sociedade de Criadores de Galos Combatentes De Belo Horizonte, por seu Presidente, vem convocar os seus associados, conforme o seu Estatuto para a Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 09/04/2019 em 1ª convocação às 18:30, em 2ª convocação às 19:00, , na Avenida Afonso Pena, nº 2793, Belo Horizonte - MG, por impossibilidade de realização em sua sede; cuja pauta é a seguinte: IPTU; Implantação de taxa de condomínio conforme Art. 8º do regime interno do Estatuto da Sociedade; Prestação de contas; Discussão da proposta de acordo com o Advogado Galliano Panini; Possível proposta de acordo entre a Sociedade de Criadores de Galos Combatentes e Sr. Cândido Lamonier (réu da nossa ação); Alteração da Razão Social e seu estatuto com a nova definição da sua finalidade, baseado na Portaria nº 1.998, de 21 de novembro de 2018. Belo Horizonte, 28 de março de 2019. Geraldo Mossen de Carvalho- Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato da Ata de Registro de Preços-Processo de Licitação Nº. : 015/2019.Modalidade: P. P. Nº. 00005. Contratante: Município de Janaúba-MG.Contratada/Valor:Adail Pinheiro-ME/R\$ 76.894,76; Amazônia Indústria e Comércio Ltda/R\$ 627.714,00; Comercial Radicchi Eireli/R\$ 139.883,17;Comercial Gutemberg Ltda/R\$35.667,71; Contexto-Livraria e Papelaria Ltda-EPP/R\$141.855,09;Durvalina Alves Gonçalves/R\$ 39.030,55; Papelaria e Distribuidora Sulamericana Ltda/ R\$228.382,18;Roseneide da Silva/R\$13.662,75. Objeto Da Licitação: Aquisição de Materiais de Expediente. Vigência: 15/02/2019 a 15/02/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

O Pregoeiro e Equipe de Apoio informam que realizará **Processo Licitatório 27/2019 - Pregão Presencial N.º 019/2019– Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG.** O pregoeiro e Equipe de Apoio informa que encontra disponível no site oficial do órgão: www.saogoncalo.mg.gov.br. **TERMO DE RETIFICAÇÃO** do referido edital S. G. R. Abaixo, 22 de março de 2019.
Antônio Carlos Noronha Bicalho – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO DE LIMA/MG - Aviso de Cancelamento de Licitação - Pregão Presencial Nº012/2019 - O Prefeito Municipal de Augusto de Lima/MG, torna público para o conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do Pregão Presencial Nº012/2019, referente aquisição de Peças Genuínas para veículos, máquinas da frota municipal, em decorrência da constatação de vícios e de informações de fundamental importância no processo licitatório. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através do Diário Oficial de Minas Gerais. João Carlos Batista Borges - Pref. Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ/MG
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

A Secretaria Municipal de Administração torna público que fará realizar, no dia 12/04/2019 às 09h00min, PREGÃO PRESENCIAL Nº007/2019, cujo objeto da presente Licitação é promover Registro de Preço, consignado em Ata, para eventual e futura aquisição de tubos de concreto armado, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. O Edital na íntegra se encontra disponibilizado no site: www.sabara.mg.gov.br, ou mediante pagamento de taxa de reprodução de cópias no valor de R\$ 21,92, no setor de protocolo, localizado a Rua Comendador Viana, 119, Centro/Sabará.

Sabará, 27 de março de 2019
Hélio César Rodrigues de Resende
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Comissão Executiva do Partido Social Liberal de Minas Gerais - PSL/MG, por seu Presidente, nos termos dos Artigos 27, 37 e seguintes do Estatuto Partidário, convoca os membros com direito a voto para a CONVOCAÇÃO ESTADUAL DO PSL/MG, a realizar-se no dia 08/04/2019, com início às 09:00 horas, prolongando-se pelo tempo necessário até às 17:00 horas, na sede do Partido, Rua dos Inconfidentes, 1.075, Sala 301 - Savassi, Belo Horizonte/MG, com a seguinte ordem do dia: A) Eleição e posse de 40 (Quarenta) membros titulares e 11 (Onze) membros suplentes do Diretório Estadual do PSL/MG, para um mandato de 02 (Dois) anos, nos termos do Art. 24, §2º, do Estatuto Partidário; B) Eleição, pelo Diretório empossado, da Comissão Executiva Estadual do PSL/MG; C) Outros assuntos de interesse do PSL/MG.
Belo Horizonte/MG, 28 de março de 2019
Aguinaldo Diz Mascarenhas
Presidente da Comissão Executiva Estadual do PSL/MG

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
DIA 27 DE ABRIL DE 2019 (SÁBADO) às 14h00 min.

A diretoria da Associação do Residencial Gran Park Toscana I, inscrita sob CNPJ: 20.442.837/0001/06, nos termos do artigo 5.5 do Estatuto, vem por meio deste edital convocar os associados a participarem da Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 27 de abril de 2019 (SÁBADO) na FADECIT - situado à Rua Tangerinas 933, Bairro Vila Clóris – Nas dependências do Auditório, às 14h00min horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, ou às 14h30min horas, em segunda convocação, no mesmo dia e local informados acima, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Prestação de contas do período

a. Demonstrações financeiras

b. Atos de Gestão

2. Definição irrevogável de distribuição de processo contra a Gran Viver Urbanismo/Residencial Park empreendimentos Imobiliários frente ao inadimplemento com a associação de moradores do Residencial Gran Park Toscana I.

3. Explanação sobre a possibilidade e método de alteração do estatuto a fim de viabilizar alteração do regulamento de obras.

4. Eleição de Corpo Diretivo (Presidência e Conselho Fiscal)

É lícito aos senhores condôminos se fazerem representar na Assembleia ora convocada, mediante a apresentação da respectiva procuração. A ausência dos senhores condôminos não os desobriga a aceitarem como tácita concordância os assuntos que forem tratados e deliberados. Os condôminos em atraso nos pagamentos de suas taxas condominiais não poderão votar nas deliberações.

Belo Horizonte, 27 de março de 2019.

Atenciosamente,

Alexandre Marques
Diretor Presidente da Associação do Residencial Gran Park Toscana I

COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE – URBEL
CNPJ: 17.201.336/0001-15 - NIRE: 313.000.411-40
AVISO AOS ACIONISTAS
Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas em nossa Sede Social, situada na Av. do Contorno, nº 6.664, 1º andar, nesta capital, os documentos a que alude o artigo nº 133, da Lei nº 6.404 de 15/12/76, relativos ao Exercício Social e Financeiro findo em 31 de dezembro de 2018. Belo Horizonte (MG), 28 de março de 2019.
Claudius Vinicius Leite Pereira - **Presidente do Conselho de Administração**

Edital de Leilão - SICOOB CREDIGERAIS
Edital de Leilão **004/2019** - O Leloeiro **Fernando C. Moreira Filho, JUCEMG 445**, torna público que levará a leilão online em 29/04/19 1ª praça e 14/05/19 2ª praça, às 13h, seu imóvel: Um lote urbano, com área total de 360,00m² situado na Rua Projetada, Bairro Rutilante na cidade de Uruçuia/MG. Matrícula: 10.254. Leloeiro: Fernando C. Moreira Filho. Informações, fotos e edital no site: www.fernandoleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAI PEDRO-MG, torna público que não foi apresentado recurso escrito pela empresa CONSTRUTORA VB EIRELI, na fase de Habilitação, referente ao Processo nº 015/2019, Tomada de Preço nº 001/2019. Fica Nula a decisão da recorrente, mantendo a decisão da Comissão, conforme informações contidas no processo. Pelo exposto, fica designado o próximo dia 01º de abril de 2019, às 08h30min, a realização da sessão pública de abertura dos envelopes propositas. Maiores esclarecimentos manter contato (38) 3831-8102. Pai Pedro-MG-27/03/2019-Walysson A. dos Santos-Presidente CPL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO- Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Montes Claros - CNPJ 21.359.740.0001/99, com sede à Rua G, 79-Bairro Jardim Brasil-Montes Claros- MG convoca todos os seus associados e representados constantes do CNES do Ministério do Trabalho, para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no endereço supra, às 17h30min em primeira convocação com o quórum legal e 18h00min em segunda, no dia 26/04/2019 no mesmo local e data, com o número de presentes interessados, para a seguinte ordem do dia: Deliberação constante do Art. 18, alínea "a" do Estatuto reformado datado de 15/10/2015. Montes Claros, 27/03/2019. a) Osmar Pereira de Azevedo-Presidente.

MAQUINÉ EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ 17.321.647/0003-80
Assembleia Geral Ordinária - Convocação - São convocados os senhores acionistas a se reunir, em AGO, a realizar-se no dia 30/04/19, na sede social, na Av. Cristiano Machado, 4001, Bairro Ipiranga, BH - MG, CEP. 31.160-413, Minas Gerais, às 14:30 horas, em primeira convocação, com a presença de no mínimo ¼ (um quarto) do capital social com direito de voto ou às 15Hrs, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas dos administradores, Relatório dos Auditores Independentes, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/18, publicadas eletronicamente sob o número 32019032621205021 no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 27/03/19, Caderno 2 - Publicações de Terceiros e Editais de Comarcas, página 1 e no Jornal Hoje em Dia em 26/03/19, Caderno Primeiro Plano, página 9; b) Deliberação da destinação dos resultados do exercício findo e distribuição de dividendos; c) Fixação das respectivas remunerações dos membros da Diretoria; d) Demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133, 135 e 152 da Lei 6.404/1976, com as alterações da Lei 10.303/2001, Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/18. BH, 28/03/19. **Alexandre Campos Drumond** - Diretor Administrativo e Financeiro.

HOJE EM DIA

ANUNCIE AQUI (31) 3236-8001

FRIGORÍFICO INDUSTRIAL VALE DO PIRANGA S/A
CNPJ. Nº 00.763.832/0001-60
ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em A.G.O. e A.G.E., às 18h30min, em primeira convocação, podendo ser instalada em primeira chamada às 18h30m, havendo quórum legal, do dia 25 de abril de 2019, no auditório da sede social da empresa à Rodovia MG 826 Km 2 Ponte Nova Oratórios no município de Ponte Nova-MG, com o objetivo de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: AGENDA DA A.G.O.: a) Análise e deliberações sobre o Relatório da Administração, Balanço Geral e Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2018. b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2018 e inclusive no que diz respeito à composição de reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei nº 6.404/76. c) Eleição dos membros do Conselho de Administração. d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal. AGENDA DA A.G.E.: a) Alteração da redação do artigo 18 do Estatuto Social, que trata da composição da Diretoria. b) Dispensa a administrador de cumprimento da exigência contida no § 3º do art. 147, da Lei das S.A.s. c) Proposta de Prorrogação do Acordo de Acionistas. d) Proposta de Prorrogação do Contrato de Entrega de Suínos. e) Fixação dos honorários dos Administradores e Diretores. f) Outros assuntos de interesse da Sociedade.
Ponte Nova, 25 de Março de 2019
Tito Garavini Soares
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG
Aviso de Credenciamento - Inexigibilidade nº 002/2019 - Procedimento Licitatório nº 297/2019. O Município torna público que será realizado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações "Credenciamento de profissionais e/ou empresas especializadas em consultas médicas em ortopedia, cirurgia vascular, urologia, cardiologia, psiquiatria e cirurgia geral para atendimento a demanda do município de São João Batista do Glória/MG". A data do Credenciamento será até às 14:00 horas do dia 16/04/2019. O Edital poderá ser retirado pelo site: www.gloria.mg.gov.br ou retirado na sede da Prefeitura Municipal na sala de licitações. Informações pelo telefax (35) 3524-0908. São João Batista do Glória/MG, 27/03/2019. Laila Cristina Pereira/Presidente CPL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
PELO PRESENTE EDITAL O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS EXTRAÇÃO VEGETAL, CARVOEJAMENTO, REFORESTAMENTO E SIMILARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDE/MG, convoca todos os trabalhadores representados pelo SINDE/MG, para participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada na data, horários e locais a seguir especificados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da Pauta de Reivindicações dos trabalhadores, com vistas à abertura da Campanha Salarial 2019/2020; 2) Autorização para o Sindicato promover negociações coletivas com as empresas empregadoras e com o Sindicato representativo da categoria econômica, bem como assinar Acordo(s) Coletivo(s) de Trabalho e Convenção(ões) Coletiva(s) de Trabalho; 3) Autorização para o Sindicato instaurar Dissídio Coletivo perante o TRT-3ª Região, em caso de impasse nas negociações; 4) Aprovação de Taxa Assistencial e/ou Contribuição Negocial; 5) Demais assuntos atinentes à Campanha Salarial 2019/2020. Data: 05/04/2019; horário:9:00 (nove horas) em primeira convocação e às 9:30 (nove horas e trinta minutos) em segunda convocação na Sede do SINDE/MG, sito à Av. Paraná, 485 - 3º andar, Centro Belo Horizonte - MG. Data: 05/04/2019; horário: 15:00 (quinze horas) em primeira Convocação, e às 15:30 (quinze horas e trinta minutos) em segunda convocação no Projeto Godinho, município de Pecanha - MG.
José Maria Soares, Presidente do SINDE/MG, Belo Horizonte, 28 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG
RATIFICAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO nº 297/2019. MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE nº 002/2019. Ratifico nos termos do art. 26 da Lei 8.666/93, o ato de Declaração de "Inexigibilidade", exarado neste feito, caracterizada pelo art. 25, da citada Lei, procedimento licitatório instaurado para Credenciamento de profissionais e/ou empresas especializadas em consultas médicas em ortopedia, cirurgia vascular, urologia, cardiologia, psiquiatria e cirurgia geral para atendimento a demanda do município de São João Batista do Glória/MG. Valor Estimado: R\$ 211.680,00 (duzentos e onze mil e seiscentos e oitenta reais). Rubrica orçamentária nº: 02.08.01.10.122.0003.2050.33903600 / 02.08.01.10.0003.2050.33903900. São João Batista do Glória/MG, 27/03/2019. Aparecida Nilva dos Santos - Prefeita Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
CONDOMÍNIO QUINTAS DA JANGADA
Ficam, pelo presente edital, CONVOCADOS todos os Condôminos, Associados e Moradores do Condomínio Quintas da Jangada a participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a realizar-se no dia 28/04/2019 (vinte e oito de abril de dois mil e dezenove), no Centro Administrativo do Condomínio Quintas da Jangada, Ibirité/MG, às 9:00h (nove horas), em primeira chamada, com metade dos associados, ou às 9:30h (nove horas e trinta minutos), em segunda chamada, com qualquer número de presentes:
Ordem do Dia:
I –Apreciar e julgar as contas do Conselho Deliberativo e Síndico ;
II-Discutir e votar o plano diretor e orçamento anual;
III-Votar para aquisição do lote para futura sede social;
IV- Discutir e votar a venda dos lotes neighboring junto a Sociedade Ibiritense;
V-Eleger os membros efetivos e suplentes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.
Para conhecimento geral, este Edital será afixado na Portaria de acesso ao Condomínio, sendo que será enviada cópia aos Condôminos através de Carta, ou e-mail, ou quadro de avisos, ou faixas e publicado em jornal de ampla circulação na região.
Ibirité, 28 de março 2019
Jandury Alves de Souza- Síndico

SESRAM - SERVICO DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR S.A. - CNPJ 25.658.691/0001-46			
Balanço Patrimonial Períodos findos em 31 de dezembro			
Em reais (R\$ 1)			
ATIVO	2018	2017	
ATIVO CIRCULANTE	22.664.538	18.248.107	
Disponibilidades	2.139.427	886.491	
Realizável	20.525.111	17.361.616	
Aplicações	19.254.238	15.861.103	
Aplic. Garantidoras de Provisões Técnicas	11.346.419	6.253.477	
Aplicações Livres	7.907.939	9.607.626	
Unid. de Oper./Planos de Assistência à Saúde	1.274.046	1.274.046	
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	973.777	1.074.547	
Outros Créd. Oper. Planos de Assist. à Saúde	177.829	199.499	
Creditos Op. Prest. Serv. de Assist. Saúde Não Recor.	90.718	95.976	
Planos			
Creditos Tributários e Previdenciários	4.818	99.567	
Bens e Títulos a Receber	15.548	24.312	
Despesas Antecipadas	11.152.093	152.074	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.078.811	8.012.213	
Realizável a Longo Prazo	2.762.775	2.678.191	
Depósitos Fiscais e Judiciais	2.762.775	2.678.191	
Investimentos	5.775.119	4.750.729	
Outros Investimentos	5.409.917	583.293	
Imobilizado	540.917	583.293	
Bens Móveis não Hospitalares/não Odontológicos	540.917	583.293	
Imobilizável			
TOTAL DOATIVO	31.743.349	26.260.318	
PASSIVO	2018	2017	
PASSIVO CIRCULANTE	11.590.186	12.927.182	
Prov. Técnicas de Oper. Assist. à Saúde	11.191.999	11.075.274	
Prov. de Prêmio/Contraprestações não Ganhos	338.366	277.057	
Prov. de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	2.541.598	1.856.619	
Prov. de Eventos/Sinistros a Liq. p/ Outros	4.715.488	5.284.807	
Prest. Serv. Assist.			
Prov. para Eventos Ocorridos e não Avisados	3.596.547	3.654.790	
Debitos de Operações de Assistência à Saúde	99.641	76.202	
Debitos de Oper. Assist. à Saúde	99.641	76.202	
Debitos de Op. Pl. Assist. Saude/Relac. Pl. Operadora	34.231	54.445	
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	746.537	1.180.303	
Provisões Diversas	517.778	542.958	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.432.406	2.779.050	
Prov. Tec. de Operações Assistência à Saúde	2.191.360	2.106.776	
Reserva Contingência	252.074	152.074	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.720.757	10.554.081	
Capital Social e/ou Patrimônio Social	999.184	999.184	
Reservas	14.721.573	9.554.897	
Reserva Legal	252.074	152.074	
Reserva Contingência	335.000	335.000	
Reservas Retenção de Lucros	1.417.453	2.814.204	
Reserva de Lucros/ Superávit Superavit	12.716.450	6.143.023	
TOTAL DO PASSIVO	31.743.349	26.260.318	

Notas Explicativas da Administração Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$ 1). Contexto Operacional - O SESRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médica Hospitalar S.A., constituída em outubro de 1991, na cidade de Alfenas, possui uma estrutura operacional de planos privados de assistência à saúde através de meios de execução próprios, da contratação ou credenciamento de terceiros, legal comprovadamente habilitados. O SESRAM está subordinado às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em especial a Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/98, que dispõe sobre a regulamentação, acompanhamento e fiscalização das atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A administração do SESRAM é regida pela Lei 9.656/